



**MELISSA SUE ALVES
FERREIRA**

**A NOVA AGENDA DE POLÍTICA REGIONAL E DE
COESÃO E O PLANEADOR DO TERRITÓRIO: UMA
PERSPETIVA PRÁTICA**



**MELISSA SUE ALVES
FERREIRA**

**A NOVA AGENDA DE POLÍTICA REGIONAL E DE
COESÃO E O PLANEADOR DO TERRITÓRIO: UMA
PERSPETIVA PRÁTICA**

Relatório de estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e do Doutor Gonçalo Alves de Sousa Santinha, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho aos meus pais pelo seu incansável apoio ao longo de todos estes anos.

o júri

Presidente

Doutor Paulo António dos Santos Silva
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

vogal - arguente principal

Doutora Teresa Maria Vieira de Sá Marques
professora associada da Universidade do Porto

vogal – co-orientador

Doutor Gonçalo Alves de Sousa Santinha
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Ao Professor Carlos Rodrigues, pela orientação, compreensão e disponibilidade ao longo do desenvolvimento deste trabalho de mestrado.

Ao Professor Gonçalo Santinha, pela coorientação, amizade e incentivo ao longo do mesmo trabalho.

À entidade de acolhimento Sociedade Portuguesa de Inovação, por ter aceite o meu pedido de estágio e por ter disponibilizado a informação necessária para a realização deste trabalho.

A toda a equipa da Sociedade Portuguesa de Inovação – Coimbra, em especial à supervisora Susana Loureiro, por toda a atenção, orientação, apoio e amizade durante o período de estágio.

Aos meus pais e à minha avó, que acreditaram sempre na minha formação. Sem eles não teria sido possível.

Ao meu namorado André Lopes, quero deixar uma palavra de apreço pela compreensão e incentivo ao longo do último ano.

A todos aqueles que contribuíram, de uma forma ou de outra, para a concretização deste trabalho.

O meu sincero Agradecimento!

palavras-chave

Política Regional e de Coesão, Especialização Inteligente, Cooperação Territorial, Marketing Territorial.

resumo

O presente trabalho visa analisar a correspondência entre o procedimento corrente de entidades com um papel ativo na promoção do domínio do ordenamento do território e os princípios orientadores da agenda de política territorial para 2014-2020; bem como, refletir sobre o papel do planeador do território face aos desafios e exigências colocados pelo novo quadro de referência de política regional e de coesão. Neste sentido, foi realizado um estágio na empresa Sociedade Portuguesa de Inovação cuja programação de atividades assentou no apoio à estruturação e desenvolvimento de dois projetos estratégicos de base regional. Paralelamente a esta componente mais operacional, foi desenvolvida uma leitura dos principais documentos programáticos da Comissão Europeia com o intuito de aferir o conjunto de desafios identificados no âmbito da nova agenda de política regional e de coesão, as orientações estratégicas e os mecanismos de apoio às intervenções definidos, à escala europeia e nacional, para o horizonte 2020.

Conclui-se que os projetos desenvolvidos durante o estágio traduzem um efetivo alinhamento com as preocupações e oportunidades que constam na agenda de política regional e de coesão 2014-2020 (designadamente com vista à promoção de condições de apoio à consolidação de polos nacionais e *clusters* de especialização, à consolidação de economias de proximidade, ao reforço de ligações institucionais a nível intrarregional e inter-regional, e ao fomento de dinâmicas de empreendedorismo em vários domínios) e que a entidade de acolhimento atua numa lógica de preparação e capacitação de entidades locais e regionais para melhor responder aos desafios que se antecipam para o referido período. Argumenta-se ainda que, face à atual conjuntura política, ao planeador do território se associam maiores exigências e, conseqüentemente, um papel mais ativo no apoio à consolidação de uma visão espacial comum para o desenvolvimento dos territórios e no envolvimento de agentes à escala regional com vista a construção dessa mesma visão.

keywords

Regional and Cohesion Policy, Smart Specialisation, Territorial Cooperation, Place Branding.

abstract

The present report aims to analyse the correlation between current procedures of entities with an active role in spatial planning and the guideline principles established by the territorial policy agenda for 2014-2020, as well as to reflect upon the spatial planner's role in light of the main challenges and demands stressed by the new framework of regional and cohesion policy. In order to achieve these goals, a training period of seven months was programmed at a private consulting company called "Sociedade Portuguesa de Inovação" to enable a real life scenario experience in the assistance of the development process of two regional strategic projects. In parallel to this more practical perspective, the present study also integrates a literature analysis component that explores key programmatic documents published by the European Commission to evidence the main challenges identified under the new regional and cohesion policy agenda, its strategic guidelines and intervention support mechanisms defined, at both European and national levels, for 2020.

As concluding remarks, there are evidences that, on the one hand, indicate a clear alignment between the contents of the developed projects and the set of concerns and opportunities identified by the regional and cohesion policy agenda for 2014-2020 (that include actions that support the consolidation of national specialization poles and clusters, as well as economies of proximity, the strengthening of intra-regional and inter-regional institutional networks, and the encouragement of entrepreneurship dynamics in various areas of expertise) and, on the other, suggest that the host organization adopts a preparation approach to local and regional entities, aiding them to better address major challenges anticipated for the mentioned period. Concerning specifically the spatial planner's role within the same regional and cohesion policy framework, it was concluded that this practitioner holds an important part in what regards both supporting the consolidation of a common spatial vision for the development of the territories and stakeholder involvement at a regional level (to help build that same vision).

Índice

1	Introdução	17
2	Enquadramento: Política Regional e de Coesão	18
2.1	A Política Regional e de Coesão	18
2.2	A agenda da Política Regional e de Coesão 2014-2020	21
2.2.1	Quadro de orientações estratégicas no contexto europeu	21
2.2.2	Quadro de orientações estratégicas no contexto nacional	24
2.2.3	Reflexões parcelares	30
2.3	<i>Portugal 2020</i> : Abordagens integradas de intervenção territorial	31
2.3.1	<i>Desenvolvimento Local de Base Comunitária</i>	32
2.3.2	<i>Investimentos Territoriais Integrados</i>	33
2.3.3	Estratégia Nacional para a Cooperação Territorial	35
2.3.4	Reflexões parcelares	37
3	O Estágio: Descrição de Atividades e Tarefas Desenvolvidas	39
3.1	Descrição de Atividades e Tarefas Desenvolvidas	39
3.1.1	Projeto 1: Rede de Parcerias de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social... ..	39
3.1.2	Projeto 2: Programa estratégico 2020	41
3.2	Síntese de projetos e conceitos relevantes discutidos no âmbito do estágio	42
3.2.1	Proposta 1 – Estratégia de Marketing Regional	43
3.2.2	Proposta 2 – Proposta de <i>Living Lab</i>	44
3.2.3	Proposta 3 – Proposta de Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial.....	47
3.3	Reflexões parcelares	50
4	Reflexão crítica: Experiência e aprendizagens	59
5	Referências Bibliográficas	67
6	Anexos	73
	ANEXO I – A emergência da dimensão territorial nas políticas europeias	73
	ANEXO II – Domínios temáticos: constrangimentos de âmbito nacional.....	76
	ANEXO III – Grupos de Ação Local	78
	ANEXO IV – Descrição da Entidade de Acolhimento: Sociedade Portuguesa de Inovação	80
	ANEXO V – A Estratégia Europa 2020 e o Quadro Estratégico Comum 2014-2020	81
	ANEXO VI – <i>Benchmarking</i> sobre <i>Living Labs</i>	82
	ANEXO VII – <i>Benchmarking</i> sobre Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial	83

Índice de Ilustrações

Quadro 1. Metas da União Europeia no âmbito da estratégia Europa 2020.....	22
Quadro 2. Síntese de domínios e objetivos temáticos do Portugal 2020	27
Quadro 3. Prioridades temáticas nacionais da estratégia de Especialização Inteligente	30
Quadro 4. Tipologia de abordagens integradas de desenvolvimento territorial.....	31
Quadro 5. Grupos e tipologias de base à abordagem DLBC	32
Quadro 6. Alinhamento entre as estratégias de cooperação e os OT do acordo Portugal 2020	36
Quadro 7. Prioridades nacionais, por programa de cooperação inter-regional.....	37
Quadro 8. Características diferenciadoras dos projetos desenvolvidos durante o estágio	42
Quadro 9. Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial com participação portuguesa	48
Quadro 10. Objetivos temáticos do domínio <i>Competitividade e Internacionalização</i>	50
Quadro 11. Contributo das propostas desenvolvidas para o domínio <i>Competitividade e Internacionalização</i>	52
Quadro 12. Objetivos temáticos do domínio <i>Capital Humano</i>	53
Quadro 13. Objetivos temáticos do domínio <i>Inclusão Social e Emprego</i>	53
Quadro 14. Contributo das propostas desenvolvidas para o domínio <i>Inclusão Social e Emprego</i> ..	54
Quadro 15. Objetivos temáticos do domínio <i>Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos</i> ..	55
Quadro 16. Contributo das propostas desenvolvidas para o domínio <i>Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos</i>	56
Quadro 17. Envolvimento de agentes por projeto de base territorial desenvolvido	57
Quadro 18. Domínios de constrangimento de âmbito nacional.....	76
Quadro 22. Listagem de Grupos de Ação Local em Portugal.....	78
Quadro 23. Áreas de atuação da empresa Sociedade Portuguesa de Inovação	80
Quadro 24. Atividades centrais de um <i>Living Lab</i>	82

Índice de Figuras

Figura 1. Fases de alargamento da União Europeia.....	19
Figura 2. PIB por habitante expresso em Paridade do Poder de Compra, à escala NUTS III (2011)	24

1 Introdução

No âmbito do quadro de política territorial da União Europeia para 2014-2020 antecipam-se maiores exigências associadas à integração e coerência entre políticas comunitárias. Este cenário vem traduzir, por sua vez, implicações diretas ao nível da conceção e desenvolvimento de programas e projetos de base territorial. É neste contexto que as reflexões e aprendizagens decorrentes do presente estágio ganham particular importância.

De entre motivações associadas ao desenvolvimento deste estágio, identificam-se duas perspetivas de interesse centrais. Uma primeira razão relaciona-se com o facto de ter sido recentemente estabelecido um novo quadro estratégico de apoio estrutural comunitário para o horizonte 2020 no qual se integram as principais opções estratégicas de desenvolvimento às quais as regiões terão de corresponder durante o período 2014-2020. Esta temática é assumida como relevante, designadamente com vista à análise e reflexão sobre implicações e mecanismos de apoio à implementação das mesmas opções estratégicas de desenvolvimento definidas para os próximos anos. A segunda razão, de natureza mais pessoal, prende-se com a ambição de adquirir informação e conhecimento atualizado de base à definição de políticas de desenvolvimento territorial. Tendo alguma experiência no desenvolvimento deste tipo de projetos, quer na elaboração de candidaturas a anteriores fundos comunitários, quer no apoio à implementação de projetos de empreendedorismo territorial, o presente estágio vem permitir, não apenas o contato com o *modus operandi* de uma instituição privada com um papel ativo no desenvolvimento do território, como também evidenciar a forma como a mesma incorpora as preocupações do novo quadro de política na sua atividade corrente.

O presente relatório de estágio surge, assim, no âmbito do Mestrado de Planeamento Regional e Urbano com o objetivo de, por um lado, identificar aspetos chave do próximo quadro de política regional e de coesão com influência na promoção do desenvolvimento regional e, por outro, perceber como entidades com um papel ativo na promoção do domínio do ordenamento do território estão a olhar para esta mudança e a incorporar as novas orientações apresentadas nos projetos de base territorial. Neste contexto, foi identificada a Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI) como entidade de acolhimento deste estágio pelas características da empresa, pelo seu posicionamento como mediador de inovação, pelos seus domínios de intervenção - que vêm cruzar as áreas da Inovação, do Conhecimento e Tecnologia e do Território -, e pela experiência de trabalho que vem acumulando, tanto no desenvolvimento de projetos de base territorial a diferentes escalas, como na consolidação de uma rede de agentes alargada e diversificada.

Tendo por base esta linha de investigação, as características da entidade de acolhimento e limitações temporais subjacentes ao próprio estágio, o plano de estágio assentou essencialmente na participação em dois projetos de apoio ao desenvolvimento regional. Em termos metodológicos, as análises de investigação envolveram a consulta de documentos estratégicos de base territorial e conceptual (relacionados com conceitos/temáticas estruturantes) e, ainda, a recolha e sistematização de informação decorrente de inquéritos e de reuniões presenciais com agentes chave dos respetivos projetos. Relativamente à sua organização, encontram-se definidos quatro blocos de análise distintos, mas complementares: a contextualização da política regional e de coesão ao longo dos anos, a descrição das atividades de base ao estágio, a correlação entre as orientações dos projetos territoriais desenvolvidos e as prioridades da nova agenda política regional e de coesão, e a reflexão sobre a atividade de planeamento face aos desafios e exigências traduzidos pelo novo quadro de política de desenvolvimento regional.

2 Enquadramento: Política Regional e de Coesão

No passado mês de Janeiro foi apresentada a primeira versão da nova agenda de política regional e de coesão para Portugal na qual constam os princípios e orientações estratégicas de apoio ao desenvolvimento do território previstos para o horizonte 2020. Neste contexto, face ao atual período de transição de política, importa, por um lado, perceber a evolução da política regional e de coesão ao longo dos anos e seus objetivos fundadores e, por outro lado, identificar o quadro de referência em termos de domínios e objetivos temáticos definidos para os próximos anos.

2.1 A Política Regional e de Coesão

A política regional e de coesão da União Europeia (UE), fundada nos conceitos de solidariedade e de coesão económica e social, assume como ambições centrais a redução das diferenças estruturais existentes entre as regiões da UE, o desenvolvimento equilibrado do território comunitário e a promoção de igualdade de oportunidades efetiva entre as pessoas (EUROPA, 2014). Ainda que estes pilares se mantenham até à atualidade, com a entrada de novos Estados Membros na União Europeia, a política regional e de coesão tem sido objeto de vários ajustamentos devido à introdução de uma maior diversidade de realidades e, conseqüentemente, novas exigências com implicações no modelo de desenvolvimento económico adotado; que tem evoluído no sentido de um modelo económico com preocupações associadas à coesão social, ambiental e cooperação.

A par com esta realidade, para dar corpo à política regional e de coesão da União Europeia, foram sucessivos os Fundos Estruturais que evoluíram para dar resposta ao problema dos desequilíbrios regionais, sendo de referir, desde logo, a Política Agrícola Comum ao apoiar as áreas agrícolas de forma a assegurar às respetivas populações níveis de rendimentos idênticos aos das populações das áreas urbanas e industriais; o Fundo Social Europeu (instituído em 1958) que refletiu a preocupação de integração social e a necessidade de correção de desequilíbrios regionais com ela relacionados, e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (criado em 1975) a partir do qual a política regional e de coesão se começou a evidenciar¹.

Foi durante a década de 90, com uma significativa aceleração do processo de integração e convergência europeia e o reconhecimento de uma grande amplitude de políticas regionais (Figura 1) que se sentiu a necessidade de criar fundos de apoio a iniciativas que promovessem a reestruturação do espaço comunitário, particularmente em regiões menos favorecidas. De entre marcos importantes neste sentido, salienta-se a apresentação do Ato Único Europeu (1986) que abriu caminho a uma política regional e de coesão da UE com uma forte vertente económica e social conseguida através de uma articulação mais eficaz dos fundos estruturais², e a formalização do Tratado de Maastrich (1994), no âmbito do qual foi criado o Fundo de Coesão como instrumento de apoio ao reforço à Política de Coesão destinado aos países mais periféricos e economicamente menos desenvolvidos³, especialmente direcionado para os sectores dos

¹ O Tratado de Roma - firmado em 1957 por França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo - não previa uma política regional, apenas mecanismos de solidariedade; a política regional surge após o 1º alargamento com instituição do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

² Os fundos estruturais, a partir da reforma de 1989, passaram a ser geridos de forma integrada em Planos Plurianuais - Quadros Comunitários de Apoio e respetivos Programas Operacionais.

³ Países como Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda.

transportes e do ambiente. Foi ainda nesta década que a Comissão Europeia reconheceu a importância do papel das diversas autoridades e entidades - regionais e locais - no estabelecimento de uma política comunitária, tendo do mesmo reconhecimento resultado uma série de programas de apoio às suas ações, tais como o RECITE, LEADER, INTERREG e o URBAN (Ferrão, 2004, citado por Papudo, 2007, p. 63).

Figura 1. Fases de alargamento da União Europeia



Fonte: BCE (2014). Última atualização: 1 de julho de 2013

Mediante este quadro de preocupações, foi definida a Estratégia de Lisboa para o período 2000-2010 com a ambição de apoiar a União Europeia reconquistar as condições necessárias para o reforço do emprego e da sua coesão regional assumindo linhas de ação estratégicas⁴ orientadas para a modernização e crescimento sustentável da economia europeia (CES, 2005). Terminado esse período de programação, e entrando já no próximo (2007-2013), foi publicado o 5º Relatório sobre a coesão económica, social e territorial⁵ que veio alertar para o facto das características geográficas e demográficas poderem agravar os problemas de desenvolvimento e salientar a importância associada a uma maior reflexão sobre as especificidades territoriais. No mesmo relatório foi reconhecida ainda a necessidade de criar uma agenda urbana que identificasse recursos financeiros destinados à resolução de questões urbanas e que atribuísse às coletividades locais um papel reforçado no âmbito das estratégias de desenvolvimento urbano (CE, 2010a, p. 7-8) equacionando a possibilidade dos programas serem projetados e geridos, não apenas ao nível nacional e regional, mas também a uma escala mais localizada (ex: ao nível de grupos de cidades).

“O novo quadro comunitário de apoio (QREN 2007-2013) vem, deste modo, romper com o modelo de financiamento anterior [...] premiando, por oposição, estratégias regionais que integrem projetos verdadeiramente estruturantes, de elevada qualidade, que criem sinergias através do envolvimento de parceiros regionais, tendo como núcleo duro as instituições de ensino e investigação, as associações empresariais e as autarquias locais, em prol de uma região mais competitiva e dinâmica” (Pires, 2005, citado por Santinha, Rodrigues & Almeida, 2009, p.47).

⁴ As linhas de ações estratégicas definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa orientavam-se para: 1. o fomento de uma economia mais competitiva e dinâmica baseada no conhecimento; 2. a modernização do modelo social europeu através do investimento nas pessoas e da construção de um Estado-Providência ativo e dinâmico; 3. a salvaguarda do equilíbrio ambiental através de uma eficiente gestão dos recursos que melhorasse a qualidade de vida atual e futura das populações e que permitisse a sustentabilidade do modelo europeu de desenvolvimento; e 4. a promoção de um novo método de coordenação (CES, 2005).

⁵ De três em três anos, a UE publica um relatório que analisa os progressos efetuados nas áreas da coesão económica, social e ambiental; bem como a contribuição da UE e dos governos nacionais e regionais.

A par com uma crescente valorização das especificidades territoriais e preocupações relacionadas com a escala de intervenção, no período 2007-2013, a definição de políticas territoriais de desenvolvimento foi marcada por significativas transformações relativamente a períodos de programação anteriores ao ser assumido um conjunto de dinâmicas sociais, económicas e territoriais emergentes (CEC, 2008a; 2008b; 2009; Hubner, 2007b; 2009a, citado por Santinha, 2009) associadas i. ao fenómeno da globalização e competitividade económica, ao envelhecimento demográfico, às alterações climáticas e a eficiência energética, ao reconhecimento da importância das cidades enquanto atores globais e respetivas dinâmicas vivenciais; ii. ao alargamento da UE aos países de Leste; iii. às novas exigências apresentadas pela Agenda de Lisboa e a Política Regional e de Coesão; e iv. à rutura com o passado em termos de práticas de afetação de fundos comunitários. A este contexto acresce a introdução de alterações relevantes no modelo de implementação dos apoios comunitários, tanto ao nível da racionalização das ações, como ao nível da sua consonância com os desígnios estratégicos da União. Esta perspetiva de mudança é reforçada por autores que identificam ciclos de programação estrutural com características distintas.

Segundo Mateus (2007), é possível distinguir dois ciclos fundamentais de programação estrutural em Portugal: os três primeiros Quadros Comunitários de Apoio (1989-2006) e o Quadro de Referência Estratégica Nacional (2007-2013). O primeiro ciclo assume como foco o objetivo de coesão – numa lógica de uniformidade das situações regionais - referenciado a Programas Nacionais (sectoriais) desconcentrados em Programas Regionais que davam origem a projetos locais autónomos. Neste ciclo de programação estrutural, as tipologias de projetos incidiam essencialmente sobre infraestruturas, capital físico e formação e a estratégia adotada centrava-se nas fraquezas identificadas, sendo por essa razão de natureza reativa. O segundo ciclo, referente ao período 2007-2013, foi, por sua vez, orientado para o país diferenciado regionalmente⁶. Este ciclo - caracterizado por Programas Operacionais Temáticos⁷ que se desenrolaram em Programas Operacionais Regionais integrados, dando origem a projetos e iniciativas locais em rede - veio evidenciar a dimensão territorial⁸, particularmente a dimensão regional e intermunicipal, bem como as tipologias de projetos suportados em redes de acesso e qualidade territorial, a inovação, o conhecimento e o capital humano (Mateus, 2007, citado por Santinha, 2009). Este contexto terá, por sua vez, favorecido o despertar para novas reflexões sobre as assimetrias regionais e a sua articulação com questões associadas à sustentabilidade ambiental, à inovação e competitividade, especialização e ao conhecimento; e, conseqüentemente, a emergência de um novo discurso e linhas de orientação (Nunes Correia, 2007, citado por Santinha, 2009) direcionadas para:

- Uma agenda para a política regional e de coesão que deixa de ser de natureza essencialmente assistencialista para passar a capacitar as regiões, tornando-as capazes de valorizar os seus recursos endógenos;
- O estímulo à cooperação territorial inter-regional permitindo, por um lado, o reforço do princípio da subsidiariedade e da territorialização das políticas públicas numa lógica de diminuição das disparidades e, por outro, a promoção do funcionamento em rede de

⁶ Diferenciação territorial com base em objetivos por tipo de região: i) a Região de Lisboa no objetivo competitividade regional e emprego, ii) as Regiões da Madeira e do Algarve em transição e iii) as restantes Regiões no objetivo convergência. (Santinha, Rodrigues & Almeida, 2009, p.47)

⁷ Programas Operacionais Temáticos incluíam o PO Potencial Humano (POPH), o PO Fatores de Competitividade (POFC) e o PO Valorização do Território (POVT).

⁸ Anexo I: A emergência da dimensão territorial nas políticas europeias.

atores, territórios e atividades, aprofundando e melhorando os mecanismos de *benchmarking*;

- Uma maior inclusão de atores locais e regionais na definição de instrumentos adaptados aos circunstancialismos locais e regionais;
- A promoção de parcerias interinstitucionais com vista a aposta num sistema de governança multinível;
- A conceção e desenvolvimento de programas de ação estratégicos com a definição de metas e resultados mensuráveis, pressupondo uma maior priorização e seletividade de projetos; e a avaliação da aplicação de recursos da nova política regional e de coesão.

Em linha com estas considerações, foram recentemente apresentados dois documentos estratégicos orientadores à escala europeia: a estratégia Europa 2020 - a estratégia da União Europeia para o crescimento e o emprego - e a Agenda Territorial da União Europeia para 2020 - adaptada da estratégia Europa 2020 e do documento que reflete as conclusões do 5º relatório sobre a coesão económica, social e territorial -, respetivamente em 2010 e 2011. Os mesmos vêm reforçar a importância do local e a adaptação à sua diversidade, e incentivar o uso de abordagens experimentais na implementação e desenvolvimento de políticas associadas a prioridades territoriais como a de i. promover um desenvolvimento territorial policêntrico, ii. estimular o desenvolvimento integrado nas cidades, no meio rural e em áreas específicas, iii. integrar territorialmente regiões funcionais transfronteiriças e transnacionais, iv. assegurar a competitividade global das regiões baseada em economias locais fortes, v. melhorar a conectividade territorial para os indivíduos, comunidades e empresas, e vi. gerir e interligar os valores ecológicos, paisagísticos e culturais das regiões (Observatório QREN, 2014a).

2.2 A agenda da Política Regional e de Coesão 2014-2020

A Comissão Europeia adotou recentemente um pacote legislativo de enquadramento à política regional e de coesão para 2014-2020 que inclui “novas propostas que pretendem reforçar a dimensão estratégica da política e garantir que o investimento comunitário é canalizado para o cumprimento dos objetivos europeus de longo prazo de crescimento e emprego” (Observatório do QREN, 2014b). Neste contexto, com vista um melhor entendimento sobre a agenda política para o período de programação de 2014-2020, considera-se relevante analisar os objetivos europeus de crescimento e emprego, tanto a nível europeu como a nível nacional; sendo os mesmos identificados no presente capítulo.

2.2.1 Quadro de orientações estratégicas no contexto europeu

“The global economic crisis has wiped out years of economic and social progress and exposed structural weaknesses in its economy. [...] In order to tackle these issues, the European Union and its Member States launched in 2010 a strategy for sustainable growth for the coming decade: the Europe 2020 strategy” (CE, 2013a, p.3).

A agenda europeia de política regional e de coesão para 2014-2020 procura responder aos objetivos europeus de crescimento e emprego apresentados na estratégia "Europa 2020"⁹. Esta, por sua vez, propõe-se a rever o modelo de crescimento e a criar as condições necessárias para obter um crescimento:

- Inteligente - procurando estimular a competitividade das PME, melhorar a qualidade da educação, fortalecer o desempenho da investigação, promover a inovação e a transferência de conhecimento, e utilizar todo o potencial das TIC;
- Sustentável - procurando introduzir soluções tecnológicas que possibilitem combinar o cumprimento das metas de redução de emissões com o aumento de competitividade e a redução de custos energéticos; e
- Inclusivo - procurando fomentar uma economia de elevada empregabilidade marcada pela coesão territorial e social.

Associadas a estas três prioridades foram apontadas metas a alcançar até ao final da presente década (Quadro 1) e definidas iniciativas emblemáticas de base a atividades conjuntas a promover dentro da UE e entre autoridades nacionais em áreas como a inovação, a economia digital, o emprego, a juventude, a política industrial, a pobreza e a eficiência na utilização dos recursos.

Quadro 1. Metas da União Europeia no âmbito da estratégia Europa 2020

Área Temática	Metas da União Europeia
Emprego	75% da população entre os 20 e os 64 anos deverá estar empregada
I&D/Inovação	3% do PIB da UE (público e privado) deverá ser investido em I e I&D
Mudanças climáticas/energia	Redução de 20% dos GEE em relação a valores de 1990
	20% da energia proveniente de fontes renováveis
	20% aumento na eficiência energética
Educação	Redução da taxa de abandono escolar em 10%
	Pelo menos 40% da população entre os 30 e 34 anos com o nível 3 de formação completo (secundário)
Redução da pobreza e exclusão social	Menos 20 milhões de pessoas em risco de pobreza e exclusão social

Fonte: Eurocid (2014).

Neste contexto, e visando a concretização destes objetivos, importa salientar, por um lado, a interdependência dos mesmos e o seu potencial de reforço mútuo, designadamente ao reconhecer que a melhoria da educação contribui para o aumento do emprego e a redução da pobreza, que uma economia baseada em mais I&D e inovação e em recursos mais eficazes ajuda a Europa a tornar-se mais competitiva e a criar postos de trabalho, e que o investimento em tecnologias mais limpas contribui para a luta contra as alterações climáticas e a criação de novas oportunidades comerciais e de emprego -, e, por outro, a necessidade de, a par com uma reestruturação as estratégias e políticas comunitárias de apoio ao desenvolvimento dos diferentes estados-membro e das suas regiões, formular quadros regionais de atuação baseados em estratégias de especialização concertadas e alinhadas com as metas europeias (GP, 2014).

⁹ Estratégia que sucede à estratégia de Lisboa e incorpora preocupações associadas a novos desafios decorrente da crise económica e financeira dos últimos anos – ex: mudanças na sociedade, a mundialização do comércio e a evolução da produtividade e utilização de TIC, pressão sobre os recursos e questões ambientais. (CE, 2014a)

Reportando à questão anterior, e identificada a necessidade de formular quadros regionais de atuação baseados em estratégias de especialização, no subcapítulo que segue é clarificado o conceito e a importância das estratégias de especialização inteligente no âmbito do próximo quadro de política regional e de coesão à escala europeia.

2.2.1.1 A temática do I&D e Inovação e a Especialização Inteligente

“A especialização inteligente constitui um elemento-chave da política europeia, no âmbito da Investigação e Inovação, para a concretização dos objetivos de crescimento mais inteligente, sustentável e inclusivo, definidos na Estratégia Europa 2020, determinando as opções programáticas e o foco dos financiamentos comunitários no período 2014-2020” (QREN, 2014).

O conceito de especialização inteligente é descrito como o processo de descoberta das regiões (processo mutável ao longo do tempo de acordo com a sua capacidade de intervenção e tendências emergentes) cujo foco reside na inovação. Argumenta-se que a mesma inovação advém da combinação criativa de tecnologias e setores nas quais a região possui elevados níveis de competitividade com capacidade de novas oportunidades de negócio, emprego e riqueza (Castillo, 2013). Este conceito envolve, por sua vez, a identificação de características e fatores diferenciadores de cada país e suas regiões, o reforço das vantagens competitivas de cada região, e a mobilização de todas as partes interessadas e recursos em torno de uma visão futura orientada para o acréscimo da competitividade e inovação (QREN, 2014).

No contexto atual, a lógica de especialização inteligente dos territórios evidencia um papel importante na política regional europeia ao ser assumida como condicionante “ex ante”¹⁰ para o acesso a Fundos Estruturais. As estratégias de especialização inteligente fazem, assim, parte integrante da agenda de política regional e de coesão da UE proposta para 2014-2020, procurando reforçar uma programação estratégica, a concentração temática e uma orientação do desempenho para os resultados. No que se refere a orientações definidas pela Comissão Europeia (CE) para as Estratégias Regionais de Inovação para Especialização Inteligente¹¹ (RIS3), a estratégia de especialização inteligente vem incorporar duas abordagens complementares: i. a nacional, que integra o perfil de cada região e seleciona, em colaboração com os seus principais *stakeholders*, as prioridades nacionais da política de Investigação e Inovação até 2020; e ii. a regional, no âmbito da qual cada região desenvolve o seu plano de inovação com base em diagnósticos prospetivos onde se identificam os constrangimentos e desafios de cada território. Em termos metodológicos, são propostos 6 passos pela CE com vista a definição das RIS3 regionais e nacionais do território europeu que consideram: i. a análise do contexto regional e do potencial de inovação, ii. a definição de um modelo de governação, iii. a elaboração de uma visão partilhada para o futuro da região, iv. a identificação das prioridades, v. a definição do *policy mix*¹² e do plano de ação, e vi. a integração de mecanismos de monitorização e avaliação (CCRDC, 2014).

¹⁰ As condicionalidades “ex ante” constituem um novo requisito do próximo período de programação 2014-2020, introduzidas pela Comissão Europeia (CE) no âmbito do Regulamento de Disposições Comuns e proposto pela CE para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento com o intuito de assegurar uma utilização eficiente dos apoios comunitários (ICETA, 2013).

¹¹ RIS3 - Regional Innovation Strategies for Smart Specialisation.

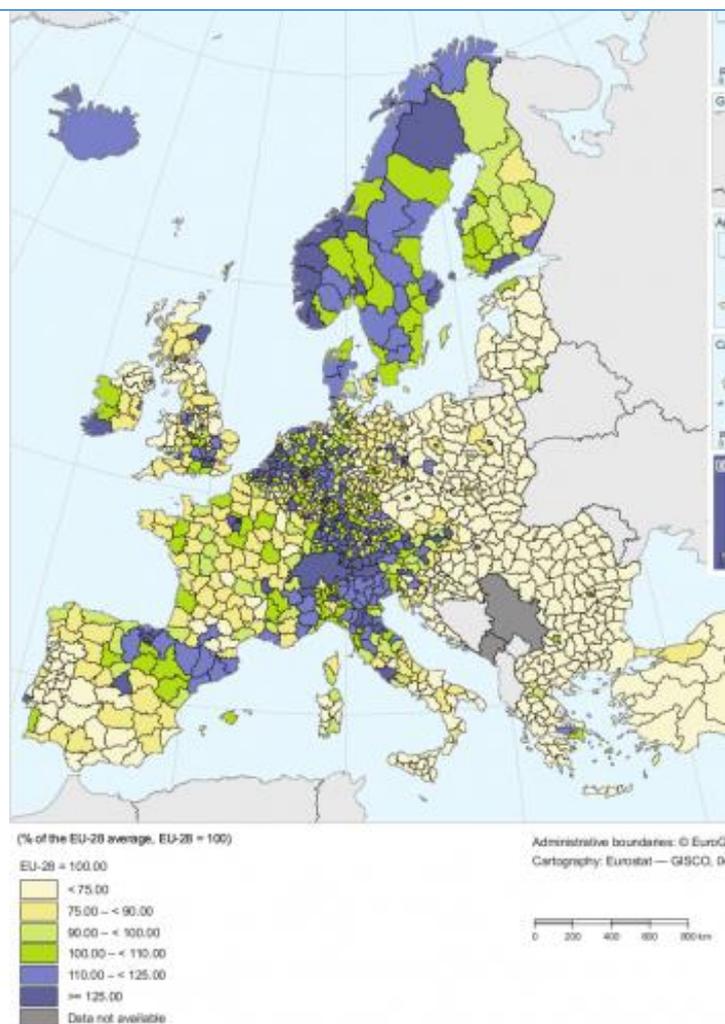
¹² Refere-se à combinação de instrumentos e políticas.

Procurando agora estabelecer a “ponte” entre este quadro estratégico à escala europeia e a sua aplicabilidade no contexto nacional, aponta-se para uma estreita articulação com os domínios do Acordo de Parceria¹³ sendo, por essa razão, os mesmos desenvolvidos no próximo capítulo.

2.2.2 Quadro de orientações estratégicas no contexto nacional

“O panorama nacional continua a ser marcado por relevantes assimetrias territoriais, quer em termos de recursos necessários ao processo de desenvolvimento, quer ao nível dos indicadores globais desse desenvolvimento. [...] A par das condições demográficas, económicas e sociais, o modelo de desenvolvimento português não se revelou capaz de proporcionar um processo de convergência regional do PIB *per capita*” (GP, 2014, p.77).

Figura 2. PIB por habitante expresso em Paridade do Poder de Compra, à escala NUTS III (2011)



Fonte: CE, 2014c.

¹³ O Acordo de Parceria, celebrado entre a CE e cada Estados-Membro, vem estabelecer, a nível nacional, a contribuição global para os objetivos temáticos e os compromissos para levar a cabo ações que concretizem os objetivos da estratégia EUROPA 2020.

No contexto nacional, o quadro de política regional e de coesão de 2007-2013 procurou garantir um desenvolvimento mais equilibrado e competitivo de todos os territórios, particularmente dos menos favorecidos. Constata-se, porém, que passado esse período, as assimetrias territoriais persistem e constituem ainda uma preocupação evidente à escala europeia e nacional (Figura 2). De entre indicadores que apoiam esta realidade, de referir que no ano 2011 (INE, 2011) se observou um reforço de concentração populacional com ganhos populacionais nas Áreas Metropolitanas, no Algarve e Madeira e em algumas cidades médias do interior; e que mais de metade do PIB total português e 41,5% da população se concentravam nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto - o correspondente a 2,1% do território de Portugal continental.

Procurando dar resposta a esta e outras problemáticas nacionais – designadamente associadas ao perfil de especialização produtiva, às competências das PME, ao nível de desemprego, à segmentação do mercado de trabalho, ao ajustamento das qualificações das pessoas com o mercado de trabalho, entre outras - foi apresentado à Comissão Europeia um quadro legislativo provisório de enquadramento à política de Coesão da UE para o período de 2014-2020 no qual se assume a importância do Acordo de Parceria de Portugal, intitulado “Portugal 2020”.

O acordo Portugal 2020 foi submetido à Comissão Europeia no dia 31 de Janeiro de 2014, encontrando-se atualmente em revisão. Com isto, e ainda que no passado dia 16 de Julho de 2014 o Governo tenha chegado a um consenso para o próximo quadro de Fundos Comunitários - tendo assegurando um total de pelo menos 25 mil milhões € para os próximos 7 anos (QREN, 2014) -, o mesmo não se encontra totalmente definido, carecendo de determinados ajustes e alterações requeridos. Por este motivo, no âmbito dos próximos capítulos, são consideradas as orientações assumidas na primeira versão submetida.

2.2.2.1 Portugal 2020: orientações programáticas e objetivos estratégicos

“O Portugal 2020 traz uma nova filosofia à utilização dos fundos comunitários. Aposta na competitividade e internacionalização (42% dos fundos destinam-se a esse fim) e reforça a aposta no capital humano, tendo em vista a inclusão social e o emprego” (QREN, 2014).

O acordo Portugal 2020 refere-se ao documento que apresenta as prioridades de financiamento nacional com fundos estruturais europeus para o período 2014-2020. O mesmo estabelece a contribuição global para os objetivos temáticos e compromissos que promovam ações que concretizem os objetivos da estratégia EUROPA 2020. Identificado como instrumento essencial ao incentivo do crescimento da economia (GP, 2014b), o mesmo assume um papel estratégico no âmbito de futuros projetos de desenvolvimento territorial.

No âmbito do acordo Portugal 2020 demarcam-se quatro domínios temáticos - *Competitividade e Internacionalização, Inclusão Social e Emprego, o Capital Humano e Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos* - e dois domínios transversais referentes à *Reforma da Administração Pública* e à *Territorialização das Intervenções*, através dos quais se procura consolidar um alinhamento e dar resposta ao quadro de prioridades da estratégia Europa 2020¹⁴, às metas nacionais definidas e aos principais constrangimentos identificados no contexto nacional¹⁵.

Os referidos domínios encontram-se brevemente descritos nos parágrafos que seguem.

¹⁴ Anexo V: A Estratégia Europa 2020 e o Quadro Estratégico Comum 2014-2020.

¹⁵ No Anexo II são discriminados os constrangimentos identificados em cada domínio temático.

Domínios temáticos: Breve enquadramento

“«Uma das grandes prioridades [do Portugal 2020] é a deslocação do investimento das infraestruturas, onde Portugal está acima da média europeia, para a competitividade e a internacionalização das empresas, que é o grande défice do País e a razão de fundo pela qual entrámos no passado, com grande frequência, em situações de insustentabilidade financeira», disse o Ministro Adjunto para o Desenvolvimento, Miguel Poiars Maduro” (GP, 2014b).

No ciclo de programação estrutural para 2014-2020, as empresas são assumidas como o principal destinatário do Portugal 2020 (conforme citação anterior). Neste contexto, o domínio temático *Competitividade e Internacionalização* procura dar resposta a constrangimentos relacionados com o perfil de especialização produtiva, as competências e estratégias das PME e as condições de contexto da atividade empresarial; encontrando-se particularmente orientado para o apoio ao investimento empresarial, a produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico (C&T) e a formação empresarial.

O Capital Humano é outra prioridade identificada no âmbito do modelo de desenvolvimento europeu ao reconhecer-se que a longo prazo a competitividade depende das pessoas, da qualidade da sua formação e da sua empregabilidade num mercado em constante mutação. Com isto, o domínio temático *Capital Humano* procura dar resposta aos constrangimentos identificados no contexto nacional, apresentados no diagnóstico do Portugal 2020, associados a um atraso do nível médio de qualificações da população adulta e jovem, à inexistência de um sistema de educação e formação de qualidade e eficiente, e ao desajustamento entre as qualificações produzidas e as procuradas pelo mercado de trabalho.

O domínio *Inclusão Social e Emprego* procura, por sua vez, dar resposta a preocupações associadas a um elevado nível de desemprego - relacionadas designadamente com a situação de desemprego de longa duração e de jovens -, à forte segmentação do mercado de trabalho e a um elevado nível de pobreza e de exclusão social que se demarcam na conjuntura nacional atual.

A quarta, e última, prioridade temática do acordo Portugal 2020, intitulada *Sustentabilidade e Eficiência de Recursos*, decorre da identificação de constrangimentos nacionais associados a uma elevada intensidade energética da economia portuguesa na utilização e gestão de recursos, à vulnerabilidade face a diversos riscos naturais e tecnológicos e a debilidades verificadas na proteção dos valores ambientais; e assume como ambição promover um modelo de desenvolvimento que integre a eficiência na utilização de recursos, a proteção do ambiente e a prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas.

Tendo por referência o anterior quadro de preocupações, a cada domínio temático do Portugal 2020 foi associado o seguinte conjunto de objetivos temáticos¹⁶ - que se apresentam no Quadro 2 - sobre os quais importa refletir aquando o desenvolvimento de projetos territoriais enquadrados no próximo quadro comunitário (2014-2020).

¹⁶ Nota informativa: no Anexo II, para além da identificação de constrangimentos por domínio temático, apresentam-se os respetivos objetivos de intervenção.

Quadro 2. Síntese de domínios e objetivos temáticos do Portugal 2020

Domínio Temático	Prioridades do QEC ¹⁷ 2014-2020	Objetivos temáticos (OT) do Quadro Estratégico Europeu
<i>Competitividade e internacionalização</i>	Estímulo à produção de serviços transacionáveis e à internacionalização da economia e à qualificação do perfil de especialização da economia portuguesa	<ul style="list-style-type: none"> ○ Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação (OT1) ○ Aumentar a acessibilidade, a utilização e a qualidade das TIC (OT2) ○ Reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura (OT3) ○ Fomentar transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede (OT7)
	Apoio ao programa de reforma do Estado assegurando que os fundos possam contribuir para a racionalização, modernização e capacitação institucional da Administração Pública e para a reorganização dos modelos de provisão de bens e serviços públicos.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Aumentar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública (OT11)
<i>Capital Humano</i>	Reforço do investimento na educação, incluindo a formação avançada, e de medidas e iniciativas dirigidas à empregabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ○ Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida (OT10)
<i>Inclusão Social e Emprego</i>	Reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e do combate à exclusão social	<ul style="list-style-type: none"> ○ Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (OT8) ○ Promover a inclusão social e combater a pobreza e à discriminação (OT9)
<i>Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos</i>	Promoção da coesão e competitividade territorial, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade	<ul style="list-style-type: none"> ○ Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores (OT4) ○ Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos naturais (OT5) ○ Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos (OT6)

A par com estes quatro domínios temáticos, no Portugal 2020 afirma-se a necessidade dos mesmos se articularem e contribuírem positivamente para outros dois domínios de natureza transversal:

- *Reforma da Administração Pública, e*
- *Assimetrias e Potencialidades Regionais.*

¹⁷ O Quadro Estratégico Comum (QEC) 2014-2020 vem substituir o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) 2007-2013 no enquadramento de apoios estruturais da União Europeia entre 2014 e 2020.

Estes dois domínios transversais encontram-se discriminados abaixo.

Reforma da Administração Pública

No âmbito do Portugal 2020, a programação e aplicação de fundos comunitários são apontados como oportunidade para promover melhorias no modelo institucional e organizacional da administração pública, nomeadamente no que se refere ao seu modelo de organização espacial, que inclui o reforço da coordenação horizontal - articulação entre políticas de diversos ministérios - e vertical - consolidar contratos entre níveis de governo no que se refere a políticas de desenvolvimento - das políticas públicas.

A reforma da administração pública, enquanto prioridade política, resulta da relevância do seu papel em múltiplas dimensões de programação de recursos comunitários - desde apoios que passam pela aferição da viabilidade económica e financeira de projetos, à regulação da provisão de equipamentos públicos disponíveis.

Assimetrias e Potencialidades Regionais

Mediante a atual crise económica e seus reconhecidos impactos assimétricos nos indicadores de emprego e desemprego das regiões portuguesas, segundo o Portugal 2020, a estrutura produtiva encontra-se cada vez mais dependente de aspetos como a composição demográfica, os níveis de qualificações e outras condições socioeconómicas específicas. Neste contexto, salienta-se a importância de adequar as estratégias de emprego e de inclusão social às especificidades dos territórios, e de assegurar a conjugação de intervenções transversais e setoriais em função de realidades locais e regionais específicas em maior proximidade às necessidades das populações e dos agentes económicos locais.

Com vista o fomento de respostas diferenciadas, foram definidos três níveis do território nacional - quer em termos de abordagem de estruturação do território, quer ao nível da programação e implementação de Fundos Estruturais - onde se distinguem as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (onde se concentra parte relevante dos fatores indutores de crescimento no contexto da economia do conhecimento, mas onde, em simultâneo, os desafios de inclusão e de sustentabilidade se revelam decisivos), o sistema urbano (que estrutura as restantes regiões, quer enquanto polos territoriais de crescimento, quer como nós de estruturação da rede de serviços públicos e privados aos territórios envolventes); e as áreas de baixa densidade (que, por vezes, possuem ativos territoriais que podem sustentar estratégias de crescimento na fileira agroalimentar ou no setor do turismo, entre outras).

2.2.2.2 Especificidades territoriais e setores de especialização

Retomando a importância das estratégias de Especialização Inteligente no âmbito do modelo de desenvolvimento europeu, importa agora perceber como este conceito é apreendido e quais as pistas avançadas para a sua operacionalização no contexto nacional.

A estratégia de especialização inteligente a nível nacional assume particular importância no domínio da *Competitividade e Internacionalização*, aliado ao estímulo do crescimento económico. Com isto, ao ponderar sobre este domínio na lógica de especialização inteligente, salientam-se

algumas considerações evidenciadas no Portugal 2020 que vêm reforçar a interdependência entre as estratégias de especialização inteligente e as especificidades territoriais:

- a evolução do PIB *per capita* das regiões pode ser influenciada por diversas combinações de diferentes tipos de fatores e/ou dinâmicas - entre os quais a evolução da produtividade nos setores mais relevantes de cada região, o mercado de trabalho e sua capacidade de absorver mão-de-obra disponível e reter os recursos humanos mais qualificados, os níveis de empreendedorismo e capacidade de atrair investimentos produtivos, a procura de perfis de especialização que combinem resiliência a crises setoriais, que se adaptem às vantagens competitivas, que tenham origem em recursos endógenos singulares e que se posicionem em fases das cadeias de produção caracterizadas por maior valor acrescentado -; e
- a capacidade de Portugal retomar níveis de crescimento agregado e estimular uma maior equidade territorial e social depende da implementação de estratégias que tenham em consideração as especificidades territoriais e realidades especializadas das várias regiões.

Segundo a mesma fonte, em Portugal são identificadas realidades territoriais particulares:

- a Região Norte diferencia-se pelo peso da indústria, sendo preponderantes as atividades de baixa e média-baixa intensidade tecnológica, apresentando também alguns segmentos de maior intensidade tecnológica (nomeadamente ao nível da indústria de equipamentos e/ou de componentes de automóveis);
- na Região Centro destacam-se as atividades ligadas à agricultura, à indústria, aos serviços de rede (utilities) e ao imobiliário, detetando-se também a presença de atividades com maior intensidade tecnológica (ex: no domínio dos moldes, da metalomecânica e dos materiais) com um relevante desempenho exportador;
- a Região de Lisboa destaca-se pelo peso de atividades financeiras, serviços de informação e comunicação, atividades de consultoria científica e técnica, e serviços pessoais e sociais;
- na Região do Alentejo são assumidas atividades ligadas à agricultura, bem como atividades industriais com níveis de produtividade relativamente elevados (concentradas num número reduzido de polos);
- a Região do Algarve distingue-se pelo peso das atividades ligadas ao turismo (em particular, o comércio, a hotelaria e a restauração) e ao imobiliário e construção, revelando potencial para o incremento das atividades ligadas à agricultura e ao mar;
- as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores apresentam características próprias da sua condição insular, sendo preponderantes as atividades ligadas ao turismo e à agricultura, respetivamente.

Com vista a potenciação de oportunidades das regiões para o fomento de uma economia mais competitiva, criativa e internacionalizada, reportando às características diferenciadoras identificadas, foram definidas prioridades temáticas de base à estratégia de investigação e inovação para uma especialização inteligente em Portugal, que se apresentam no Quadro 3.

Quadro 3. Prioridades temáticas nacionais da estratégia de Especialização Inteligente

Eixos Temáticos	Eixos Prioritários
Tecnologias Transversais e suas Aplicações	Energia; TIC; Materiais; e Matérias-Primas.
Indústria e Tecnologias de Produção	Tecnologias de Produção e Indústria de Produção; e Tecnologias de Produção e Indústria de Processo.
Mobilidade, Espaço e Logística	Automóvel, Aeronáutica e Espaço; e Transportes, Mobilidade e Logística.
Recursos Naturais e Ambiente	Agroalimentar; Floresta; Economia do Mar; e Água e Ambiente.
Saúde, Bem-estar e Território	Saúde; Turismo; Indústrias Culturais e Criativas; e Habitat.

Fonte: ENEI, 2014. QREN, 2014.

Em paralelo a estas áreas de intervenção prioritárias, é salientada a importância i. do papel da Administração Pública como facilitador de condições que estimulem a criação e organização de descobertas empreendedoras e ii. do modelo de governação global da estratégia. Associado ao último, é apontada ainda a necessidade de promover a articulação entre o modelo de governação nacional e os modelos de governação regionais; e o modelo de governação do Portugal 2020 – particularmente no que se refere ao domínio *Competitividade e Internacionalização*, domínio onde se integram grande parte dos instrumentos financeiros de suporte à implementação da estratégia.

“A especialização inteligente não é um fim em si mesmo, é uma metodologia participada de programação das políticas públicas, visando o crescimento económico” (Monteiro, 2014, p.21).

Passados quatro anos após o lançamento da estratégia Europa 2020, reconhece-se que “os objetivos em si não constituem fins. (...) [e] que os grandes objetivos da estratégia Europa 2020 ajudam a medir e a orientar os diversos aspetos da estratégia, logo, a dirigir a consciencialização e as prioridades políticas, tanto ao nível nacional como ao nível da UE” (CE, 2014a, p.17).

Com isto, importa clarificar as metodologias e abordagens de desenvolvimento do território propostas no âmbito do novo quadro de política regional e de coesão com vista a promoção de ações que apoiem a concretização do crescimento pretendido – que constitui a temática chave do próximo capítulo.

2.2.3 Reflexões parcelares

Decorrente da análise anterior, observa-se uma evolução da política regional e de coesão no sentido de priorizar investimentos de caráter mais intangíveis e de potenciar características diferenciadoras dos territórios visando reforçar sinergias entre as dimensões económica, social e ambiental, introduzir conceitos chave para o desenvolvimento - como os conceitos de inovação e sustentabilidade - e promover dinâmicas de cooperação entre setores de atividade e agentes chave dos territórios e, mais concretamente, projetos em rede. Acresce que, segundo a nova agenda de política regional e de coesão, são apresentados domínios prioritários (temáticos e transversais) de base ao próximo quadro de programação estrutural que transparecem a vontade e intenção de apoiar soluções integradas que respondam a desafios atuais, reconhecidos a nível europeu e nacional, orientadas para temáticas como a competitividade e internacionalização, a qualificação de capital humano, a promoção da inclusão social e do emprego e o uso sustentável e eficiente de recursos. De base a esta agenda, sobressai ainda a importância atribuída a domínios de natureza transversal associados ao desenvolvimento dos territórios propriamente dito e ao

modelo de governação. A este cenário importa considera crescente valorização das especificidades territoriais no apoio à redução das assimetrias regionais e, conseqüentemente, a necessidade de incorporar e desenvolver abordagens regionalmente diferenciadas para aumentar a capacidade de atração de novas oportunidades de negócio, emprego e riqueza.

2.3 Portugal 2020: Abordagens integradas de intervenção territorial

“Os novos desafios colocados ao nível sub-regional no horizonte 2020 em áreas como a valorização dos recursos estratégicos do território, a sustentabilidade energética, a promoção de uma sociedade mais inclusiva, ou da eficiência e racionalização dos serviços coletivos intermunicipais, tornam indispensável reforçar quer a escala de intervenção territorial (para além da lógica estritamente municipal), quer o grau de parceria entre o poder local, o associativismo empresarial e o sistema científico e tecnológico, para poder intervir de forma mais eficaz nos domínios chave do desenvolvimento e da coesão territorial” (GP, 2014, p.241).

No âmbito do próximo quadro de apoio à política regional e de coesão, o reforço da escala de intervenção territorial e do grau de parceria entre o poder local, o associativismo empresarial e o sistema científico e tecnológico são assumidos como fatores essenciais a uma intervenção mais eficaz em domínios chave do desenvolvimento e da coesão territorial. Neste sentido, as Estratégias de Desenvolvimento Territorial (EDT) são apresentadas no acordo Portugal 2020 como contributos relevantes para a promoção do tipo de intervenções pretendidas.

As EDT constituem um mecanismo de política que visa assegurar, por um lado, a integração de especificidades territoriais e de diferentes graus de desenvolvimento das sub-regiões em ações de intervenção e, por outro, o envolvimento direto de entidades sub-regionais e autoridades regionais/locais no planeamento e execução dos programas, iniciativas e projetos relevantes, conduzindo a um maior sentido de apropriação dos objetivos de desenvolvimento europeus, nacionais e regionais a todos os níveis. Em conformidade com o anterior, distinguem-se diferentes tipos de abordagens integradas (sistematizadas no Quadro 4) com vista o estabelecimento de estratégias de intervenção adequadas à vocação específica de cada tipologia, orientadas para resultados e coerentes com os respetivos programas de ação e de investimento; e o envolvimento de parceiros públicos, privados e associativos no estabelecimento das mesmas estratégias de intervenção e dos programas de ação e de investimentos, bem como na respetiva concretização.

As mesmas abordagens são diferenciadas em *Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial* e *Estratégias de Desenvolvimento Local*, cuja aplicabilidade depende das características específicas dos projetos propostos – sendo os objetivos, a população-alvo e a escala de abrangência características determinantes.

Quadro 4. Tipologia de abordagens integradas de desenvolvimento territorial

	Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial		Estratégias de Desenvolvimento Local (rural, costeira ou urbana)
	AM de Lisboa e Porto	Restantes NUTSIII	
Objetivos	Reforçar a coesão social e o desenvolvimento de estratégias de baixo carbono.		Explorar as potencialidades das EDL para a diversificação das economias de base rural e das zonas pesqueiras e costeiras, a promoção da integração UR e da Inovação Social, e a resposta a problemas de pobreza e de exclusão social.

			Promover a inclusão social em TU desfavorecidos através da regeneração económica e social.
Território-alvo	Duas áreas.	NUTSIII (ou grupo de NUTSIII contíguas).	Áreas rurais e costeiras e TU desfavorecidos de AM.
Escala Territorial	Duas áreas.	NUTSIII (ou grupo de NUTSIII contíguas).	Áreas de intervenção dos GAL ¹⁸ , complementadas por TU relevantes para a integração UR e TU desfavorecidos de intervenção dos "GAL inclusão".
Abrangência	Duas áreas.	Todo o território do Continente, exceto AM.	Apenas para territórios abrangidos pelas EDL, financiadas pelo FEADER ou FEAMP, e TU desfavorecidos abrangidos pelas EDL.

Fonte: GP, 2014.

Legenda: AM - Áreas Metropolitanas | UR – Urbano-rural | TU - Territórios Urbanos

Adicionalmente, no âmbito do Portugal 2020 encontra-se prevista criação de instrumentos de apoio à consolidação e concretização das abordagens integradas de desenvolvimento territorial intituladas: *Desenvolvimento Local de Base Comunitária* (DLBC) e *Investimentos Territoriais Integrados* (ITI). Estes dois são descritos nos próximos subcapítulos.

2.3.1 Desenvolvimento Local de Base Comunitária

A abordagem integrada *Desenvolvimento Local de Base Comunitária* (DLBC) surge com o objetivo de: i) promover a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focada no empreendedorismo; ii) responder ao elevado nível de desemprego e aos crescentes índices de pobreza através da dinamização da económica local, da revitalização dos mercados locais e sua articulação com territórios mais amplos, da diversificação das economias locais e do estímulo à inovação social, e iii) promover o desenvolvimento de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios urbanos desfavorecidos e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados e de baixa densidade populacional. Este instrumento inclui diferentes grupos-alvo - comunidades de base rural, comunidades de carácter urbano e comunidades pesqueiras e costeiras - e tipologias de intervenção, conforme indicado no Quadro 5.

Quadro 5. Grupos e tipologias de base à abordagem DLBC

Grupos Temáticos	Tipologias alvo (pertencendo estes grupos, em regra, a uma NUT II)
Comunidades de base rural e agentes económicos, sociais e institucionais intervenientes nos processos de desenvolvimento local e de diversificação e competitividade da economia de base rural.	Territórios urbanos e rurais desfavorecidos, com população entre 10.000 e 150.000 habitantes (considerando-se a possibilidade de derrogações, devidamente fundamentadas, que permitam o abaixamento do limiar mínimo para os 5.000 habitantes), nomeadamente aqueles de particular incidência dos fenómenos de exclusão social, pobreza ou risco de pobreza, onde se localizam comunidades económica e socialmente fragilizadas, onde intervêm organizações do setor social.
Comunidades de base urbana e agentes económicos, sociais e institucionais intervenientes nos processos de desenvolvimento local e de diversificação e competitividade da economia urbana de base local.	
Comunidades pesqueiras e costeiras e agentes económicos, sociais e institucionais	Territórios com população entre 20.000 e 200.000 habitantes, correspondentes às áreas de atuação

¹⁸ ANEXO III: Grupos de Ação Local.

intervenientes nos processos de desenvolvimento pesqueiro e costeiro e de diversificação e competitividade da economia de base pesqueira e costeira.	dos atuais Grupos de Ação Local Costeira que constituirão a referência para os futuros GAL – Pesca.
--	---

Fonte: GP, 2014.

Este instrumento visa contribuir para a prossecução de objetivos temáticos relacionados com o reforço da competitividade das PME dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura; a preservação e proteção do ambiente e a promoção de uma utilização eficiente dos recursos; a promoção da sustentabilidade e qualidade do emprego e o apoio à mobilidade dos trabalhadores; e a promoção da inclusão social e o combate à pobreza e à discriminação.

A título adicional, no Portugal 2020 é indicado que:

- a operacionalização deste instrumento requer o desenvolvimento de documentos que incluam i. a análise e diagnóstico da situação territorial (com destaque para a descrição de oportunidades, potencialidades, dificuldades e problemas do território de intervenção no contexto do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo); ii. a estratégia integrada para - no âmbito da vocação específica do DLBC - maximizar a utilização das oportunidades e potencialidades e a superação das dificuldades e problemas analisados e diagnosticados, no contexto da prossecução dos objetivos inerentes ao crescimento inteligente, sustentável e inclusivo; iii. a elaboração e apresentação do programa de ação e investimento que executa a estratégia integrada do DLBC, garantindo a não sobreposição de investimentos e a promoção de atuações complementares e investimentos e ações a realizar; e iv. o modelo de governança que assegure a prossecução da estratégia integrada do DLBC e o envolvimento e responsabilidades dos parceiros.
- as abordagens integradas DLBC podem resultar de experiências comunitárias prévias incluindo, para além das abordagens LEADER, intervenções de cariz social e/ou de regeneração urbana inclusiva desenvolvidas por Grupo de Apoio Local (GAL).
- os GAL detêm um papel relevante como responsáveis pela implementação das estratégias de DLBC, associado ao reforço da capacidade dos agentes locais para desenvolver e executar operações e na realização de ações específicas de avaliação da estratégia.

Em termos operacionais, alerta-se ainda para a necessidade de assegurar a coerência com a estratégia de desenvolvimento territorial estabelecida para a respetiva NUTS III - devendo as CIM, como entidade responsável por essa estratégia, serem auscultadas -, bem como sinergias e complementaridades com ações e investimentos de outros domínios de apoio dos Programas Operacionais, particularmente das ITI.

2.3.2 Investimentos Territoriais Integrados

O instrumento *Investimento Territorial Integrado* (ITI) visa promover a concertação estratégica e operacional entre parceiros públicos, privados e associativos, de base territorial e/ou temática, empenhados na concretização integrada de investimentos orientados para resultados nas áreas da coesão, emprego e sustentabilidade territorial e para a capacitação dos municípios. O mesmo encontra-se associado à operacionalização de *Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial* aplicados a territórios com uma abrangência alargada (mais especificamente, NUTS III ou

agrupamentos de NUTS III contíguas). Estes Pactos procuram, por sua vez, contribuir para a prossecução de objetivos temáticos e prioridades de investimento como os que seguem abaixo:

- melhorar o acesso às TIC , bem como a sua utilização e qualidade - apoio à modernização da administração local;
- apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores - apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas e promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios, incluindo a mobilidade urbana sustentável;
- promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos - apoio ao investimento para adaptação às alterações climáticas e à promoção de investimentos para abordar riscos específicos;
- preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos - apoio à promoção, proteção e desenvolvimento do património natural; ações para melhorar a qualidade do ambiente urbano e a melhoria da qualidade do ar e ambiente sonoro;
- promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas – apoio ao desenvolvimento de sistemas de transportes ecológicos (exclusivamente transportes públicos) e com baixa emissão de carbono; melhoria da mobilidade regional, sub-regional e em espaços de baixa densidade;
- promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores - apoio à criação de emprego por conta própria, ao micro empreendedorismo e a criação de empresas;
- promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação (investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais - apoio às empresas sociais e promoção da economia social, medidas de inclusão ativa de comunidades marginalizadas e grupos de risco, entre outros);
- investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida – apoio ao investimento em infraestruturas educativas do ensino pré-escolar e básico.

À semelhança do que foi indicado no âmbito das abordagens DLBC, as ITI devem igualmente apresentar documentos que incluam: a análise e diagnóstico da situação territorial, a estratégia integrada, o programa de ação e de investimento que executa a estratégia, e o modelo de governação a adotar.

Em termos práticos, admite-se a possibilidade de concretizar ITI noutras configurações territoriais que não as NUTS III ou agrupamentos contíguos de NUTS III - dirigidas a operações em domínios limitados, devidamente justificadas (ex: numa ótica de regiões funcionais ou temáticas que se afastem das fronteiras político-administrativas; relativamente a uma abordagem de “ITI Mar” e o “ITI Alqueva” - associado ao valor acrescentado do potencial endógeno para a região). De salientar ainda que no processo de seleção das ITI se refere o envolvimento de instituições como as Comunidades Intermunicipais (CIM).

Em paralelo às anteriores abordagens integradas, no contexto nacional atribui-se igualmente um papel de destaque à estratégia nacional para a cooperação territorial com vista o estímulo de intervenções concertadas em parceria, de base coletiva.

2.3.3 Estratégia Nacional para a Cooperação Territorial

“No próximo período de programação, Portugal participará de forma empenhada no reforço da Cooperação Territorial Europeia (CTE) numa clara aposta de reforço da sua intervenção através de programas que corresponderão às três vertentes de atuação – a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional” (GP, 2014, p.253).

No contexto europeu, a cooperação territorial destina-se a reforçar intervenções de base coletiva com vista a promoção de uma integração harmoniosa e equilibrada do território da UE e seus Estados-membros (EUR-Lex, 2004). Considerando as referidas motivações, o apoio à cooperação territorial considera atualmente 3 níveis: a cooperação transfronteiriça (“apagando” fronteiras”), transnacional (partilhando experiências) e inter-regional (promovendo uma lógica de trabalho em rede) (IFDR, 2014a; UM, 2014).

À escala nacional, a estratégia para a cooperação territorial estrutura-se sob quatro domínios geográficos prioritários definidos com base em fatores históricos, culturais, económicos, geopolíticos e geoestratégicos (GP, 2014):

- Espanha – que surge da sua posição geográfica e das suas ligações históricas com Portugal numa clara aposta nas relações ibéricas.
- Espaço Geográfico Atlântico - Portugal possui uma das maiores zonas económicas exclusivas da Europa, razão pela qual se traduz uma clara aposta no espaço geográfico do atlântico em diversos domínios de atividade.
- Espaço Mediterrânico – as dificuldades resultantes da crise atual, partilhadas por vários Estados-Membros do Mediterrâneo, reforçam a necessidade e a vantagem dessa cooperação para o fomento de uma abordagem conjunta sobre problemas semelhantes, combatendo a potencial periferização desses territórios.
- Países fora do Espaço Europeu - desenvolvimento da cooperação com países que se encontram fora do espaço europeu, estritamente no campo de relações de vizinhança mais relevantes para as políticas territoriais (ex: relações com o norte de África).

Ao longo dos anos, as regiões portuguesas têm procurado o reforço do seu relacionamento com as congéneres europeias e regiões localizadas no espaço próximo da sua área de vizinhança, nomeadamente através do estabelecimento de parcerias de diferentes tipos e finalidades. Neste contexto, importa evidenciar dinâmicas e iniciativas já iniciadas e/ou concretizadas neste sentido, tais como: i. os “Open Days” da Comissão Europeia, nas quais todos os anos se renovam contatos e parcerias em domínios como o crescimento económico criativo e inclusivo, a biotecnologia azul, as redes de conhecimento marítimo, a água como fator de competitividade para o crescimento sustentável, as energias renováveis, o clima e a mudança demográfica, a economia verde, entre outras; ii. a Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa, onde as regiões portuguesas têm assumido um papel ativo; e iii. a Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, onde são tratados os problemas específicos destas regiões.

No âmbito do ciclo de programação 2014-2020, antecipa-se o apoio ao desenvolvimento de abordagens que acrescentem valor à aplicação das estratégias regionais, nomeadamente através da promoção de intervenções com impactos no intercâmbio de informação e de investigação; da participação em *clusters*, redes, projetos-piloto e preparação de estratégias de intervenção

conjuntas; da colaboração em ações inter-regionais que permitam o reforço da capacitação institucional para a preparação e gestão de projetos e intervenções comuns; e da participação em ações e projetos transfronteiriços de desenvolvimento socioeconómico e de valorização dos recursos endógenos. É evidenciado ainda um alinhamento entre as estratégias de cooperação e os objetivos temáticos do Portugal 2020 nas áreas da IDI, da competitividade das PME, das adaptações às alterações climáticas e do ambiente e eficiência dos recursos (ver Quadro 6).

Quadro 6. Alinhamento entre as estratégias de cooperação e os OT do acordo Portugal 2020

Objetivo Temático (OT)	Alinhamento com OT do Portugal 2020	Prioridades assumidas
I&D&I (OT1)	Partilha de capacidades de IDT e inovação das entidades do ensino superior e centros de ciência e tecnologia com aplicação nas empresas (destaque para as áreas da água e dos recursos hídricos, e das energias renováveis).	Reforçar a IDT e a inovação, em particular, nas áreas ligadas ao oceano (tecnologia marinha, biodiversidade).
Competitividade das PME (OT3)	Reforço de mecanismos de cooperação para a competitividade das PME e das estruturas produtivas (nomeadamente da agroindústria e do turismo) nas zonas rurais, incluindo a melhoria do acesso aos mercados de proximidade, contribuindo para promover o emprego e favorecer a mobilidade laboral, sobretudo, nos jovens.	Reforçar a competitividade das PME.
Adaptação às alterações climáticas (OT5)	Adaptação às alterações climáticas e prevenção/gestão de riscos, sobretudo, nas zonas mais ameaçadas pela seca.	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção da gestão dos riscos.
Ambiente e eficiência dos recursos (OT6)	Proteção do ambiente e melhoria da eficiência na utilização dos recursos naturais comuns, em particular, a água e a floresta.	Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos.

Fonte: GP, 2014.

Particularmente no que se refere à cooperação inter-regional, afirma-se a intenção de continuar a apoiar o intercâmbio de informação, estudos, experiências e boas práticas na gestão de instrumentos de política, de programas operacionais (nomeadamente, nas componentes de desenvolvimento territorial integrado) e ações nos domínios do ordenamento do território (incluindo a gestão e o ordenamento do espaço marítimo e a gestão costeira integrada) e do desenvolvimento urbano-rural.

Neste contexto, importa salientar o trabalho conjunto desenvolvido nos últimos anos entre autoridades nacionais e de outros Estados-Membros com vista à promoção de ações conjuntas com relevância para os territórios abrangidos pela CTE através de programas como o ESPON, URBACT, INTERACT e INTERREG IV C (Quadro 7) materializado em iniciativas emblemáticas – ex: a constituição do Parque Internacional do Tejo-Tajo, a criação de um Centro de Desenvolvimento Rural Transfronteiriço, e a dinamização da rede transfronteiriça de centros interpretativos e informativos do património natural - que preveem ser apoiadas durante o período de 2014-2020.

Quadro 7. Prioridades nacionais, por programa de cooperação inter-regional.

PCT	Prioridades nacionais
ESPON	Valorização de informação e experiência adquirida com vista o reforço do apoio atempado aos decisores responsáveis pela política de coesão e pelo desenvolvimento territorial a nível nacional, regional e local, em especial, através da melhoria da observação de base territorial e dos instrumentos adequados para análises territoriais, da transferência de conhecimentos de base territorial e de suportes analíticos para os utilizadores; e da disponibilização e disseminação continuada de informação de base territorial, credível e comparável.
URBACT	Reforço da participação das cidades portuguesas para o cumprimento dos objetivos e estratégias da política Cidades Sustentáveis 2020, através da promoção da troca de experiências entre cidades da Europa, a identificação/disseminação de boas práticas em desenvolvimento urbano e a implementação da dimensão urbana da política de coesão.
INTERACT	Apoio à aplicação da Estratégia Marítima da UE para a Bacia do Atlântico, nomeadamente, para o acompanhamento do desenvolvimento e da implementação da estratégia para o Atlântico; e a coordenação com os diferentes programas e instrumentos financeiros.
INTERREG IV C 2007-2013	Apoio à aplicação da estratégia Europa 2020, em particular nas vertentes de aumento da competitividade das PME (reforço do empreendedorismo, implementação de novos modelos empresariais, acesso a novos instrumentos financeiros, internacionalização); na promoção do emprego, mobilidade laboral e inclusão social, acesso e utilização das novas tecnologias de informação; na proteção ambiental e melhoria da eficiência dos recursos naturais; e na integração das Regiões Ultraperiféricas.

Fonte: GP, 2014.

Legenda: PCT – Programa de Cooperação Territorial

A esta realidade acresce o reconhecido interesse do acordo Portugal 2020 em promover iniciativas que reforcem a sua participação no próximo programa operacional de cooperação transfronteiriça Portugal-Espanha, nomeadamente no que se refere à criação dos primeiros Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT).

2.3.4 Reflexões parcelares

Conforme evidenciado no subcapítulo anterior, a análise sobre a evolução da política regional e de coesão demonstra que, a par com a dimensão económica, social e ambiental, a dimensão territorial e suas especificidades têm vindo a adquirir maior importância e que, em termos de processo, se reconhece a necessidade de adequar os programas nacionais a áreas de investimento prioritário, bem como de garantir uma maior apropriação da política de coesão pelos agentes regionais e locais em domínios chave como a inovação, a economia baseada no conhecimento e novas tecnologias de inovação e comunicação e o emprego. A esta realidade acresce que, no âmbito do quadro político de referência para 2014-2020, foram definidos objetivos nacionais assentes em 4 domínios temáticos e 11 objetivos temáticos, associados aos quais se reconhece a importância de reforçar, quer a escala de intervenção territorial (para além da lógica estritamente municipal), quer o grau de parceria entre o poder local, o associativismo empresarial e o sistema científico e tecnológico.

Neste contexto, foram criados instrumentos de apoio à concretização de Estratégias de Desenvolvimento Territorial (EDT), sendo de salientar as abordagens integradas: *Desenvolvimento Local de Base Comunitária* (DLBC) e *Investimentos Territoriais Integrados* (ITI), diferindo os

mesmos em termos de temáticas de intervenção, tipo de promotor¹⁹ e estratégias de implementação²⁰. Através das referidas abordagens, as EDT vêm reforçar o papel de agentes regionais como as Comunidades Intermunicipais (entidades responsáveis pelas estratégias das NUTSIII) e os Gabinetes de Apoio Local, no desenvolvimento das estratégias de desenvolvimento territorial. Em paralelo às EDT, são identificados ainda quatro domínios geográficos prioritários - Espanha, o espaço geográfico atlântico, as relações mediterrânicas e países que se localizam fora do espaço europeu – no âmbito das estratégias para a Cooperação Territorial.

Com isto, no que compreende a nova política regional e de coesão, infere-se que a mesma: i. incentiva uma abordagem de intervenção mais estratégica e multisectorial, integrando perspectivas de base territorial e questões socioeconómicas, designadamente ao apoiar projetos e iniciativas suportados numa lógica integrada de desenvolvimento do território; e ii. promove dinâmicas de cooperação territorial procurando explorar benefícios associados ao intercâmbio de experiências e competências entre regiões e acrescentar valor às ações de política pública através do estímulo à criação e consolidação de redes entre territórios que assegurem o acesso a boas práticas; e promover a cooperação interinstitucional, enfatizando a cooperação entre atores locais/regionais no processo de definição de estratégias e implementação de projetos, visando a dinamização de processos de aprendizagem coletiva - para evitar a efemeridade de intervenções. Assim, de entre desafios colocados ao próximo quadro de política regional e de coesão identifica-se, para além da necessidade de responder aos objetivos temáticos, a capacidade de mobilizar os diversos atores locais de forma alinhada. É sobre estas duas perspectivas de intervenção que se debruçam os próximos capítulos, procurando averiguar e lançar pistas sobre i. como uma entidade local e/ou regional com um papel ativo no ordenamento do território se prepara para fazer face a estas novas exigências, e ii. como é que a partir do local se podem construir condições para aumentar os níveis de concretização das grandes orientações da política pública.

¹⁹ Enquanto as DLBC são promovidas por consórcios (GAL); as ITI são promovidas por organismos intermédios – que inclui governos locais e regionais, agências de desenvolvimento e ONG.

²⁰ Enquanto as DLBC constituem estratégias de desenvolvimento local concebidas e implementadas com forte envolvimento da comunidade (lógica *bottom-up*), as ITI são estratégias que exigem intervenções integradas que envolvam investimentos ao abrigo de mais do que um eixo prioritário para um determinado território (lógica *top-down*; não exige parcerias de diversas entidades na sua implementação).

3 O Estágio: Descrição de Atividades e Tarefas Desenvolvidas

“Os Acordos de Parceria devem ser aprovados até o final do mês de Agosto de 2014” e “os Programas Operacionais devem ser adotados até ao final de Janeiro de 2015”(Observatório do QREN, 2014c).

O período de política regional e de coesão a que atualmente se assiste traduz um cenário de transição decorrente do qual se identificam novos desafios e exigências associadas ao desenvolvimento de projetos de base territorial. Nestas circunstâncias, o presente estágio foi entendido como uma oportunidade única para explorar os princípios fundadores da nova agenda de política regional e de coesão aplicados a projetos de base territorial para o horizonte 2020. Neste contexto, foi desenvolvido um plano de estágio na Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI) com a duração de sete meses²¹ que assentou no apoio ao desenvolvimento de projetos territoriais de âmbito regional. De referir que a empresa SPI foi considerada uma opção ideal como entidade de acolhimento reportando à sua experiência no desenvolvimento de projetos de base territorial, ao seu posicionamento no mercado – enquanto interface de conhecimento e mediador entre diferentes públicos-alvo - e pelos domínios de intervenção centrais à sua atividade - que cruzam o conhecimento do Território, da Inovação e da C&T²².

No âmbito do estágio proposto procurou-se, essencialmente, perceber como entidades com um papel ativo na promoção do domínio do ordenamento do território se encontram a olhar para esta mudança e a incorporar as novas orientações nos projetos de base territorial. Assim, de acordo com esta linha de investigação, no presente capítulo é apresentada uma breve descrição dos conteúdos explorados e atividades acompanhadas no âmbito do estágio e desenvolvida uma reflexão crítica sobre o alinhamento entre os mesmos e a nova agenda de política regional e de coesão.

3.1 *Descrição de Atividades e Tarefas Desenvolvidas*

No âmbito do estágio desenvolvido, as atividades e tarefas atribuídas - que decorreu no contexto real de atividades da empresa – incidiram sobre dois projetos de âmbito regional.

3.1.1 **Projeto 1: Rede de Parcerias de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social**

O projeto *Rede Regional de Parcerias de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social* foi um dos projetos no qual houve participação durante o estágio²³. Este projeto, desenvolvido pela SPI para uma Comunidade Intermunicipal, teve como objetivo o reforço da cooperação intermunicipal, a definição de uma estratégia promocional conjunta com vista ao reforço do empreendedorismo e desenvolvimento regional, e a afirmação da região como um território propício ao investimento.

Numa primeira fase do projeto, foi apoiado o desenvolvimento do diagnóstico da região recorrendo à recolha, tratamento e análise de informação documental e estatística sobre os setores de atividade económica e produtos mais representativos do território. Esta análise

²¹ O período de estágio decorreu entre 3 Outubro de 2013 a 3 de Maio de 2014.

²² Anexo IV - Descrição da Entidade de Acolhimento: Sociedade Portuguesa da Inovação.

²³ Este projeto iniciou sensivelmente ao mesmo tempo que o início do período do estágio.

envolveu a sistematização de informação relevante sobre a realidade e dinâmicas emblemáticas da região sob diferentes perspetivas, procurando incorporar uma visão holística do território que considerasse, por um lado, a sua contextualização geográfica a diferentes escalas, o seu posicionamento geoestratégico, a identificação de especificidades territoriais (património ambiental, construído e cultural), a evolução populacional e o nível de qualificação dos seus recursos humanos, a caracterização do tecido económico e o seu posicionamento comercial face a mercados externos e, por outro, orientações definidas em documentos estratégicos recentes²⁴ desenvolvidos para a região, consensualizados e assumidos pelas entidades locais/regionais. Procurou-se, assim, construir sobre programas, projetos estratégicos e ações já existentes em potencial.

Mediante o quadro de informação obtido, foram identificados i. pontos fortes do tecido económico regional associados à presença e peso económico de alguns setores de atividade e/ou empresas individuais localizadas na região, à singularidade e projeção de determinadas especificidades do território, e à proximidade a importantes eixos de mobilidade e transporte inter-regional, nacionais e internacional; e ii. agentes públicos e privados com relevância no dinamismo do tecido económico e social da região (ex: câmaras municipais, gabinetes de apoio ao empresário e ao empreendedorismo, associações empresariais setoriais/regionais, associações sociais e culturais, instituições de ensino e tecnologia, empresas com forte presença e identidade na região, unidades de investigação e certificação de produtos, entre outros).

Em paralelo a esta análise, foi também desenvolvido e difundido um questionário, dirigido ao tecido empresarial e associativo da região, com o objetivo de identificar as suas principais necessidades no contato e interação com mercados internos e externos; e apurar as suas expectativas e interesse quanto à possibilidade de inclusão numa marca regional. Decorrente deste questionário aferiu-se, entre outras conclusões, a vontade e interesse de quase todas as empresas - provenientes de uma grande diversidade de instituições públicas e privadas, de diferentes setores de atividade e tipologias, localizadas na região - aderirem a uma marca regional; e que várias empresas admitem necessidade de apoio ao nível da projeção de serviços e no acesso a mercados estrangeiros. De referir que, com base nas respostas obtidas, foi desenvolvido um relatório parcelar com estas e outras conclusões/reflexões. O mesmo foi partilhado com as entidades intervenientes no processo.

Posteriormente, com vista o desenvolvimento da estratégia promocional da região procurou-se, com base no diagnóstico do território de intervenção, desenvolver propostas que promovessem: i. mecanismos de apoio à comunicação da região, tanto a nível interno como externo, relacionados com o domínio de marketing territorial; e ii. a operacionalização de uma rede regional de serviços de resposta às necessidades dos agentes económicos locais e regionais e às solicitações de mercados estratégicos – tendo esta rede sido identificada com base no levantamento de agentes/instituições chave sediados na região e nas conclusões do questionário.

Neste sentido, foi apoiado o desenvolvimento de duas propostas para responder a estas preocupações: i. uma proposta orientada para a definição de uma rede de serviços de apoio a disponibilizar pelas entidades locais e regionais aos empreendedores e às empresas; e ii. uma proposta de estratégia de marketing para a região baseada no seu posicionamento e na estratégia de comunicação da região - numa perspetiva interna (isto é, com a definição do modelo de gestão da marca; definição de setores económicos chave, critérios de adesão e indicadores de

²⁴ Os documentos estratégicos consultados foram publicados há menos de 4 anos.

qualidade de produtos e serviços; sensibilização local) e externa (visando a projeção de uma imagem sólida e coerente da região para o exterior).

No âmbito destas propostas foi definido um conjunto de ações relacionadas com o desenvolvimento de serviços, a otimização de infraestruturas e equipamentos existentes; e a reorganização de atividades, qualificações e conhecimento enquadradas em áreas temáticas como i. o marketing e comunicação, ii. apoios e incentivos, iii. o desenvolvimento de parcerias (ao longo de toda a cadeia de valor do setor agroindustrial) e iv. gestão interna.

Em paralelo às anteriores etapas, com vista a apresentação e validação de conteúdos associados aos estudos de diagnóstico, resultados dos inquéritos e propostas de ação, foram agendadas reuniões com vários representantes municipais. Neste âmbito, durante o período de estágio, houve a oportunidade de participar em duas reuniões:

- A primeira reunião teve o propósito de apresentar o diagnóstico, validar conteúdos e recolher contributos dos participantes no sentido de completar e/ou enriquecer o mesmo (após a reunião, foram incorporados no relatório os contributos recolhidos).
- A segunda reunião visou apresentar conjuntamente os resultados do questionário, a proposta de rede de serviços, e ainda, a estratégia de marketing regional para a NUTSIII; solicitando novamente contributos para incorporar nas propostas em discussão.

3.1.2 Projeto 2: Programa estratégico 2020

O *Programa estratégico 2020* foi o segundo projeto integrado no plano de estágio²⁵. Este projeto, igualmente promovido por uma comunidade intermunicipal, foi criado com o objetivo de dar início ao processo de construção do quadro de referência regional para 2014-2020 para responder aos desafios de base às novas estratégias territoriais de desenvolvimento.

Enquanto plano estratégico regional, o mesmo previa o desenvolvimento de vários programas de intervenção e redes de cooperação dedicados a diferentes agendas temáticas como as Novas Tecnologias, o Apoio à Iniciativa Empresarial, a Gestão e Valorização Integrada de Recursos Naturais, Educação, Formação e Emprego, a Revitalização Integrada do Sistema Urbano Regional, a Inclusão Social, bem como a sua articulação com Polos e *Clusters* de excelência nas áreas da Agroindústria, da Floresta e do Turismo.

Neste contexto, entre outras tarefas, este projeto envolveu:

- a promoção de ciclo de debates temáticos com agentes locais e regionais em torno de desafios-chave identificados no âmbito da estratégia EUROPA (crescimento inteligente, sustentável e inclusivo) com vista o estímulo à reflexão, partilha e identificação de projetos âncora de apoio a estratégia de desenvolvimento da região – reuniões que contaram com grupos de trabalho de 10-20 participantes; com participantes provenientes de diferentes instituições públicas e privadas com relevância para a temática em discussão -; e
- a definição de uma estratégia de desenvolvimento regional, considerando i. as características, tendências e especificidades da região; ii. a necessidade de assegurar um

²⁵ A participação neste projeto deu-se numa fase mais avançada, enquadrada após a discussão e validação da respetiva proposta de estratégia regional.

alinhamento entre a estratégia regional e as prioridades e diretrizes suprarregionais²⁶ (identificadas na estratégia Europa 2020, no Programa Nacional Portugal 2020 e no Quadro Estratégico Comum 2014-2020); iii. os contributos recolhidos no âmbito do ciclo de debate dinamizado; e iv. propostas de integração em redes transnacionais.

Com isto, no âmbito do presente projeto, foi apoiado o desenvolvimento de propostas para a criação de um Agrupamento Europeu de Cooperação Transfronteiriça (AECT) e um *Living Lab* associado à cocriação de tecnologias e serviços associados às necessidades regionais – tendo a floresta, o turismo, o setor agroalimentar e a inclusão social sido identificados como desafios prioritários. Assim, de entre as atividades nas quais houve uma participação mais direta, salienta-se o apoio no desenvolvimento de propostas dedicadas à definição de redes e/ou projetos de cooperação em áreas temáticas de interesse para a região.

Em paralelo ao anterior, de referir ainda o apoio pontual na dinamização de algumas sessões temáticas do ciclo de debate promovido no âmbito deste projeto – as sessões incluíram a participação de representantes de entidades públicas municipais e regionais, empresas, centros tecnológicos, instituições de C&T e associações setoriais com importância no âmbito da temática em discussão -, que para além de procurar sensibilizar os participantes para as metas e prioridades europeias fixadas, introduziram dinâmicas de grupo para facilitar a partilha de opiniões e estimular a interação entre agentes chave com vista a identificação de problemáticas e oportunidades colocadas ao desenvolvimento da região.

3.2 Síntese de projetos e conceitos relevantes discutidos no âmbito do estágio

Em conformidade com algumas linhas estratégicas da nova agenda de política regional e de coesão, constata-se que, ainda que os projetos desenvolvidos no âmbito do estágio sejam distintos em termos de ambições, objetivos e propostas de intervenção, ambos i. foram promovidos por Comunidades Intermunicipais (CIM), ii. admitem uma abrangência regional, iii. mobilizaram o envolvimento de agentes privados públicos e privados locais e/ou regionais em momentos de discussão sobre os projetos; e iv. partiram de uma lógica de especialização inteligente (Quadro 8).

Quadro 8. Características diferenciadoras dos projetos desenvolvidos durante o estágio

	Projeto 1	Projeto 2
Promotor	Comunidade Intermunicipal (CIM)	Comunidade Intermunicipal (CIM)
Abrangência (regional)	Território com sensivelmente 360 mil habitantes	Território com sensivelmente 89 mil habitantes
Teor do projeto (perspetiva global)	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento de setores e atividades regionais e locais, bem como necessidades do tecido económico regional Consolidação de uma rede de serviços suportada em parcerias de base local e regional de apoio ao tecido económico regional Promoção da região como um território “<i>business friendly</i>”, evidenciando características favoráveis à fixação de investimento 	<ul style="list-style-type: none"> Diagnóstico do potencial de desenvolvimento regional Criação e dinamização do Grupo de Ação Local (GAL) Definição de uma estratégia de desenvolvimento regional para o período 2014-2020 Estabelecimento de redes e parcerias suprarregionais Definição de um plano de ação 2014-2020

²⁶ Anexo V – A Estratégia Europa 2020 e o Quadro Estratégico Comum 2014–2020.

	<ul style="list-style-type: none"> em setores de atividade chave no contexto nacional e internacional Definição de uma estratégia de marketing regional Definição de mecanismos de monitorização e de acompanhamento 	<ul style="list-style-type: none"> Disseminação de resultados (conferência de âmbito regional)
Propostas desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> Proposta 1 Proposta de estratégia regional de marketing (à qual se associa a proposta de rede de serviços de apoio a disponibilizar pelas entidades locais e regionais aos empreendedores e às empresas.) 	<ul style="list-style-type: none"> Proposta 2 <i>Living Lab</i>: Proposta de cooperação territorial e integração em redes transnacionais. Proposta 3 AECT: Proposta de cooperação territorial e integração em redes transfronteiriças.
Conceitos explorados	<ul style="list-style-type: none"> Especialização inteligente Marketing territorial 	<ul style="list-style-type: none"> Especialização inteligente Cooperação territorial / AECT Inclusão social / <i>Living Lab</i>
Envolvimento de agentes públicos	<ul style="list-style-type: none"> Dinamização de momentos de partilha de informação de agentes públicos e privados com um papel importante no dinamismo do tecido económico e social da região através de inquéritos e reuniões presenciais. Envolvimento de representantes de câmaras municipais, gabinetes de apoio ao empresário e ao empreendedorismo, associações empresariais setoriais/regionais, associações sociais e culturais, instituições de ensino e tecnologia, empresas com forte presença e identidade na região, unidades de investigação e certificação de produtos. 	<ul style="list-style-type: none"> Ciclo de debates com o objetivo de sensibilizar os agentes públicos e privados com um papel importante no dinamismo do tecido económico e social da região para os desafios-chave decorrentes da estratégia EUROPA 2020 com vista o estímulo à reflexão, partilha e identificação de projetos âncora que pudessem apoiar a estratégia de desenvolvimento da região. Envolvimento de representantes de câmaras municipais, associações empresariais setoriais/regionais, associações sociais e culturais, instituições de ensino e tecnologia, empresas com forte presença e identidade na região, unidades de investigação.

Salienta-se o facto de sobressair uma forte correspondência entre as ambições e preocupações dos projetos desenvolvidos e as identificadas no âmbito da nova agenda de política regional e de coesão, conforme se pretende evidenciar de seguida.

3.2.1 Proposta 1 – Estratégia de Marketing Regional

Enquadramento do conceito no qual a proposta se apoiou

De acordo com a OECD (2005), o poder de um território para atrair pessoas e atividades determina a sua capacidade competitiva. Neste contexto, a atividade de marketing territorial é identificada como uma ferramenta essencial no processo de desenvolvimento dos territórios.

Segundo o *Guia de Boas Práticas de Marketing Territorial* (2011), o marketing territorial permite olhar para uma realidade geográfica e todas as suas componentes ou características específicas numa lógica de mercado e ir ao encontro das expectativas e desejos daqueles que são o seu público-alvo, sempre numa orientação concertada de criação de valor (NERPOR-AE, UAERLVT, 2011). Este tem como objetivo prever, compreender e satisfazer de forma eficaz e competitiva as necessidades dos seus públicos-alvo, internos e externos, dando resposta à crescente concorrência que os territórios enfrentam (Nunes, 2011).

O *place marketing* é definido como “o projeto de um lugar de forma a satisfazer as necessidades de seus mercados-alvo. Isso sucede quando os cidadãos, os empresários estão satisfeitos com a sua comunidade, e as expectativas dos visitantes e dos investidores são saciadas” (Kotler, Rein, Rein & Haider, 2002, citado por Azevedo, Magalhães & Pereira, 2010).

A atividade de marketing deve ser, assim, capaz de compatibilizar a promoção de um território com as suas estratégias dinamizadoras, ambas concebidas e concertadas por uma rede de atores no sentido de desenvolver o seu tecido económico (Fonseca & Ramos, 2006, citado por Barros & Gama, 2010). De salientar ainda a importância da componente relacional do marketing ao procurar envolver e articular agentes e realidades associados a toda a cadeia de valor do(s) segmento(s) de mercado, desde o fornecedor ao intermediário e/ou cliente final.

De entre oportunidades associadas à atividade de marketing territorial que motivam a sua aplicação, identifica-se um melhor conhecimento sobre a realidade territorial; a criação de novas atrações que melhoram a qualidade de vida das pessoas residentes; uma contribuição para a dinamização do tecido económico e produtivo local; a promoção do bem-estar e qualidade de vida; uma melhoria da autoestima e da identidade local; o desenvolvimento de um conjunto de imagens coerentes sobre o território; e a projeção de um determinado território para espaços mais vastos. (Kotler, Haider, Rein & Cidrais, 1993, citado por Barros & Gama, 2010).

Aplicação do conceito à proposta de estágio

Mediante este enquadramento, e tendo por referência o levantamento das necessidades de apoio das empresas e promotores mais representativos da região, a proposta de estratégia de marketing regional assumiu 2 vetores estruturadores: os setores Agroalimentar e do Turismo. Reportando a estes vetores, foi definido um conjunto de objetivos para a consolidação de uma marca regional assente na projeção de um logótipo da marca que permitisse ao consumidor/ investidor reconhecer a qualidade e identidade regional de um produto e/ou serviço; a estruturação de uma rede de serviços de apoio ao tecido económico regional; a criação de uma rede de entidades aderentes à marca; a promoção de sessões de sensibilização e valorização da marca; e a promoção de ações de internacionalização conjunta da marca.

3.2.2 Proposta 2 – Proposta de Living Lab

Enquadramento do conceito no qual a proposta se apoiou

“Research is making knowledge out of money – innovation is making money out of knowledge” (Per Eriksson, Director at the Swedish Agency for Innovation Systems, citado por BC, 2014).

O *Living Lab* representa uma metodologia de investigação e inovação centrada no utente e orientada para a prototipagem, validação e aperfeiçoamento de soluções complexas em cenários reais. Esta metodologia encontra-se frequentemente aplicada a contextos regionais, integrando processos de IDI com base em parcerias de entidades privadas, públicas e a sociedade.

A aplicação desta metodologia visa estimular a constituição de um ambiente de experimentação onde se procura que, por um lado, os utilizadores sejam envolvidos num espaço de criatividade social para conceber e experienciar o seu próprio futuro; e que, por outro lado, os agentes de política e cidadãos concebam, explorem, experienciem e refinem políticas e regulamentos com base em cenários reais, avaliando os seus potenciais impactos antes da sua implementação.

Associado ao conceito de *Living Lab*, sobressai a importância da promoção da inovação, particularmente na sua vertente social, ao propor identificar e envolver todos os *stakeholders* intervenientes na cadeia de valor dessa inovação (Schumacker, 2011).

“Social innovation can be defined as the development and implementation of new ideas (products, services and models) to meet social needs and create new social relationships or collaborations” (CE, 2013b, p.6).

No contexto europeu, enquanto parte integrante da política regional e de coesão no âmbito das políticas sociais, a promoção de inovação social vem implicar, entre outros aspetos:

- a adoção de uma perspetiva de análise das necessidades e expectativas, explorando possibilidades menos óbvias e consensuais;
- a mobilização de um conjunto alargado de atores com um papel importante nas áreas da proteção, inclusão, coesão e bem-estar; e
- a combinação de competências/experiência, cultura/negócios e serviços públicos para oferecer respostas inovadoras.

Várias experiências no âmbito da política social - aplicadas a um conjunto diversificado de intervenções sociais como programas de promoção de bem-estar no trabalho, serviços de cuidados de saúde, educação, desenvolvimento infantil e reforma ativa - têm sido desenvolvidas em vários países desde a década de 70. As mesmas são descritas como políticas de intervenção que trazem respostas inovadoras para necessidades sociais, implementadas em condições que assegurem a possibilidade de medir o seu impacto (ou seja, em escalas de pequena dimensão).

“The interest for this methodology [social policy experiments] is growing in Europe, as it is a robust way to measure the impact of policy interventions before implementing them” (CE, 2013b, p.19).

Com isto, a proposta de apoio à criação de um novo *Living Lab* foi orientada para:

- a estruturação de um ecossistema de inovação aberta, suportado em recursos e dinâmicas de investigação e inovação existentes na região, que procurasse responder às necessidades e preocupações identificadas pela própria sociedade;

- a consolidação e dinamização de uma rede e parcerias de agentes regionais em torno de temáticas e projetos de caráter coletivo reconhecidos pela comunidade regional como críticos para o desenvolvimento do território; e
- a facilitação de acesso e permuta de informação e experiências desenvolvidas por outras regiões (à escala mundial) em torno de iniciativas dedicadas à resolução de preocupações de desenvolvimento similares.

Aplicação do conceito à proposta de estágio

Mediante esta análise, e tendo por base as prioridades transversais identificadas no plano estratégico da região, a proposta para um *Living Lab* identificou 3 áreas de especialização prioritária estruturadoras - assentes nos setores da agroindústria, do turismo e da floresta -, a partir das quais se definiram os seguintes objetivos:

- Reforçar a investigação e a transferência de conhecimento das indústrias do setor agroflorestal da região, melhorando produtos e processos produtivos e/ou de comercialização através da promoção de soluções de proximidade baseadas em tecnologias abertas;
- Criar e comunicar o produto/marca regional através de um modelo de atuação e promoção à escala regional, disponibilizando infraestruturas de uso interdisciplinar/partilhado e facilitando o acesso às mesmas por diferentes agentes/ações integrados no *Living Lab*;
- Assegurar respostas sociais de proximidade promovendo uma abordagem multidisciplinar à inclusão (ensino, saúde, cultura, emprego, tecnologias, entre outros) que minimize os impactos negativos da exclusão social;
- Apoiar o empreendedorismo, a economia e a qualidade de vida na sua comunidade; e
- Melhorar, de uma forma geral, o conhecimento em áreas científicas relacionadas com empresas, agricultura, silvicultura, floresta, ambiente e a sociedade.

Enquanto metas definidas para esta proposta, estabeleceu-se que a mesma deveria ser capaz de:

- Afirmar o posicionamento de qualidade dos produtos agroindustriais da região, associado a conceitos de *gourmet*, sustentabilidade, saúde e bem-estar, enquanto prioridade comum a todos os agentes do setor agroalimentar;
- Afirmar a fileira florestal da região associada a uma grande multiplicidade de subsetores no âmbito das quais esta influi, como seja o turismo, energia, indústria transformadora, agroalimentar e pasta de papel;
- Contribuir para a valorização dos recursos florestais e sua proteção ambiental, particularmente ao nível da gestão, composição e distribuição de espécies florestais; e
- Contribuir para o fomento de intervenções inovadoras ao longo da cadeia de valor de recursos (produtos e serviços) do setor agroflorestal que contribuem para economia regional.

No âmbito deste projeto foi identificado um conjunto de entidades parceiras locais e regionais de interesse a envolver no âmbito do mesmo, designadamente empresas da área agroflorestal e restauração, associações setoriais, centros de I&DT&I e instituições de IPSS.

Em termos práticos, o apoio a esta proposta incidiu sobre, por um lado, o desenvolvimento de um estudo de *benchmarking*²⁷ sobre a diversidade de *Living Labs* atualmente constituídos, a variedade de temáticas a que estes se encontram associados e a identificação de casos de sucesso; e, por outro lado, a estruturação de uma proposta de candidatura ao concurso *European Network of Living Labs* (ENOLL) suportada em três setores de atividade com forte contributo para o dinamismo da região em termos económicos, sociais e ambientais – a agricultura, a floresta e o turismo - a partir dos quais se procurou explorar oportunidades e sinergias de cooperação em articulação com fenómenos globais e desafios assumidos a uma escala alargada de natureza económica (nas áreas da competitividade e inovação), ambiental (assente na salvaguarda e valorização do património local/regional) e social (associados aos domínios de inclusão social, do combate à pobreza e do envelhecimento ativo).

3.2.3 Proposta 3 – Proposta de Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial

Enquadramento do conceito no qual a proposta se apoiou

No âmbito do objetivo europeu de Cooperação Territorial Europeia (CTE) foram criados os Agrupamentos Europeus de Cooperação Transfronteiriça (AECT) com o objetivo de facilitar e promover a cooperação territorial transfronteiriça, transnacional e inter-regional entre os seus membros, exclusivamente com o intuito de reforçar a coesão económica e social no território da União Europeia (IFDR, 2013b). Neste contexto, pela importância assumida no âmbito do atual quadro político, importa melhor perceber a natureza, o conceito e a relevância dos AECT.

Os AECT são pessoas coletivas públicas de natureza associativa, constituídas por entidades de dois ou mais Estados-Membros da União Europeia. Os mesmos exercem funções relacionadas com a execução de programas ou projetos de cooperação territorial cofinanciados pela Comunidade Europeia e assumem como domínios de atuação privilegiados: i. atividades económicas, sociais e ambientais transfronteiriças de base a estratégias conjuntas para o desenvolvimento territorial sustentável, designadamente em áreas como o desenvolvimento empresarial e o apoio às PME, a proteção e gestão de recursos naturais e culturais e a prevenção de riscos naturais e tecnológicos, a relação urbano-rural, a redução do isolamento e a utilização conjunta de capacidades e infraestruturas; ii. a cooperação transnacional – designadamente, a cooperação bilateral entre as regiões marítimas não abrangidas no ponto anterior através do apoio a redes e ações de desenvolvimento territorial integrado nas áreas da inovação, ambiente, acessibilidade e desenvolvimento urbano sustentável; e iii. o reforço da política regional e de coesão através da cooperação inter-regional e do intercâmbio de experiências e/ou ações associadas à análise de tendências de desenvolvimento europeias (art. 6º do Regulamento n.º 1082/2006, de 5 de Julho).

Nos últimos anos, foram constituídos no plano da cooperação transfronteiriça três AECT com participação portuguesa (Quadro 9): *Galiza - Norte de Portugal*, *Duero-Douro* e *ZASNET*.

²⁷ Informação complementar no Anexo VI – *Benchmarking sobre Living Labs*.

Quadro 9. Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial com participação portuguesa

Designação do AECT	Membros do AECT	Data de constituição
Galiza - Norte de Portugal	Portugal: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) Espanha: Xunta da Galiza.	Set. 2008 (Despacho n.º 20723/2008)
Duero-Douro	Portugal: Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vinhais; 63 Freguesias; Associação de Freguesias da Raia e do Côa. Espanha: 102 Ayuntamientos; Organismo Autónomo D' Arribes, Associação de Municípios para a Cooperação e o Desenvolvimento Local.	Março 2009 (Despacho nº 7128/2009)
ZASNET	Portugal: Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano; Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana; Associação de Municípios do Douro Superior. Espanha: Diputacion Provincial de Zamora; Diputacion Provincial de Salamanca; Ayuntamiento de Zamora.	Out. 2009 (Despacho nº 23110/2009)

Fonte: IFDR, 2014b.

O GNP-AECT atua como agente dinamizador e de articulação da Euro-região e estabelece as pontes de comunicação, diálogo, investimento e convergência entre vizinhos. O mesmo tem como ações prioritárias promover e valorizar a competitividade do tecido empresarial através do conhecimento e da inovação, potenciar e racionalizar os equipamentos básicos transfronteiriços, e aumentar a coesão social e institucional da Euro-região. No que se refere ao programa operacional de Cooperação Transfronteiriço Espanha – Portugal do GNP-AECT, foram definidos os seguintes eixos prioritários: i. o fomento da competitividade e promoção do emprego, ii. o meio ambiente, iii. o património e prevenção de riscos, iii. o ordenamento do território e acessibilidades e iv. a integração socioeconómica e institucional.

O AECT Duero-Douro desenvolve a implementação de programas ou projetos de cooperação territorial assumindo como domínios prioritários a igualdade de oportunidades, o desenvolvimento económico, o desenvolvimento local, o transporte público (acessível todos os cidadãos), as novas tecnologias (particularmente as da informação e comunicação), o ambiente, o desenvolvimento sustentável, a educação, formação e emprego; a saúde, serviços sociais e ação social; o turismo, cultura e património; a administração local, a investigação, inovação e desenvolvimento; os transportes e comunicações; e o desporto, lazer e tempos livres.

O ZASNET, por sua vez, identifica como objetivos específicos de cooperação i. articular o espaço comum e promover as relações transfronteiriças entre os seus membros em domínios tradicionais de cooperação - meio ambiente, turismo, cultura e desenvolvimento empresarial - promovendo a concentração de esforços nas referidas áreas temáticas e nas quais se exerceu uma histórica tradição de cooperação entre os seus membros, ii. implementar a cooperação territorial transfronteiriça nas políticas locais de cada membro para ser utilizada como ferramenta de desenvolvimento de todo o território ZASNET, iii. colaborar com a comunidade de trabalho Bragança-Zamora e a Comunidade Territorial de Cooperação do Douro Superior-Salamanca, bem como outras entidades territoriais de âmbito regional e local, na execução de projetos de cooperação, iv. promover o território do ZASNET no exterior para a valorização das potencialidades dos seus recursos endógenos; e v. fixar a população e gerar sinergias para atrair novos habitantes ao território e contribuir para a inversão das tendências demográficas negativas.

A título informativo, importa salientar que para o período de programação de 2014-2020 foram submetidas propostas para regulamentos enquadrados no âmbito da política de coesão que incluem uma regulamentação distinta para a Cooperação Territorial Europeia, e outra para os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial. Estes regulamentos vêm apoiar a criação de ferramentas como as ITI e DLBC, que também podem ser usadas em contextos de cooperação transfronteiriça e implementadas por AECT ou entidades de natureza similar.

Aplicação do conceito à proposta de estágio

Mediante este enquadramento, e tendo por referência as prioridades transversais identificadas no âmbito do plano estratégico da região, foi proposta a criação de um novo AECT para apoiar e promover a cooperação territorial da região de forma integrada com outros membros da UE com vista o reforço da coesão económica e social no contexto europeu.

De entre critérios que motivaram a constituição de um novo AECT transfronteiriço, serão de referir oportunidades associadas: i. a fatores políticos (estímulo ao reforço da cooperação territorial) e geoestratégicos (reconhecimento da contiguidade entre territórios e a presença unificadora do Rio Tejo); e ii. à identificação de iniciativas transfronteiriças desenvolvidas e/ou atualmente em curso.

No âmbito desta proposta, foram definidos os seguintes objetivos:

- promover as relações transfronteiriças entre os membros do AECT em domínios tradicionais de cooperação - como o meio ambiente, turismo, cultura e desenvolvimento empresarial - promovendo a concentração de esforços nestas áreas temáticas e nas quais se exerceu uma histórica tradição de cooperação entre os membros do AECT (valorizando, por exemplo, o elemento unificador “Rio Tejo”);
- implementar a cooperação territorial transfronteiriça nas políticas locais de cada membro para ser utilizada como ferramenta de desenvolvimento de todo o território da AECT;
- colaborar com as comunidades de trabalho inter-regionais, bem como com outras entidades territoriais de âmbito regional e local, na execução de projetos de cooperação;
- promover o território do AECT no exterior para a valorização das potencialidades dos seus recursos endógenos; e
- fixar a população e gerar sinergias para atrair novos habitantes ao território.

De uma forma geral, esta proposta procurou fomentar uma maior abertura de mercado e enquadrar a região em redes no contexto nacional e internacional, e promover momentos de colaboração com outras entidades em áreas de conhecimento estratégicas. De forma complementar, com esta proposta espera-se ainda o surgimento de oportunidades de melhoria em domínios como as TIC, a mobilidade, o ambiente, a investigação e a inovação - nomeadamente em fileiras prioritárias da região (ex: desenvolvimento de projetos de investigação com base em parcerias inter-regionais e desenvolvimento/comercialização de novos produtos e processos em meio empresarial decorrentes de dinâmicas de *networking*), a eficiência energética, o mercado de trabalho (transferência de *know-how*, *know-where* e *know-who*), e a capacidade administrativa e institucional (associado ao nº de projetos de cooperação desenvolvidos no sentido de reforçar a política de coesão e de apoio à implementação estratégicas de escala suprarregional).

Em termos práticos, o apoio prestado a este projeto envolveu o desenvolvimento de um estudo de *benchmarking* sobre os AECT atualmente constituídos com participação de pelo menos uma região Portuguesa e respetivas iniciativas já concretizadas e/ou em curso²⁸; e ii) a estruturação de uma proposta de AECT de âmbito transfronteiriço.

3.3 Reflexões parcelares

Identificado o conceito, metodologia e expectativas de cada uma das três propostas desenvolvidas no âmbito do estágio, importa clarificar de que forma a SPI - enquanto entidade com um papel ativo na promoção do domínio do ordenamento do território - se encontra a olhar para esta mudança de política e a incorporar as novas orientações nos seus projetos e/ou propostas de base territorial. Com isto, de seguida desenvolve-se um quadro de análise que procura evidenciar o alinhamento entre os conteúdos e objetivos das propostas desenvolvidas e as preocupações e domínios temáticos da nova agenda política regional e de coesão para apoiar a reflexão sobre a forma como a entidade de acolhimento vem incorporando as mudanças de política previstas para o próximo quadro de programação nas suas atividades correntes.

No âmbito desta análise, o potencial contributo de cada proposta apresenta-se desenvolvido à luz de objetivos temáticos identificados no âmbito do Subcapítulo 2.2.2: *Competitividade e Internacionalização, Capital Humano, Inclusão Social e Emprego, e Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos*.

➤ Contributo para o domínio *Competitividade e Internacionalização*

Ao procurar responder a constrangimentos associados ao perfil de especialização económica, recursos e competências das PME e condições de contexto²⁹ foram definidos, no âmbito do acordo Portugal 2020, os objetivos temáticos e de intervenção³⁰ listados no Quadro 10.

Quadro 10. Objetivos temáticos do domínio *Competitividade e Internacionalização*

Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação (OT1)
<ul style="list-style-type: none">• Aumentar a produção científica orientada para a especialização inteligente e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização• Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação em redes internacionais de I&D, no quadro da estruturação, reorganização e aumento da eficácia e eficiência da rede nacional de infraestruturas de investigação• Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no sistema nacional de I&I e a criação de valor• Aumentar o investimento empresarial em I&I, reforçando a ligação entre as empresas e as restantes entidades do sistema nacional de I&I e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseado na inovação• Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (<i>clusterização</i>)• Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da

²⁸ Informação complementar no Anexo VII - *Benchmarking* sobre Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial.

²⁹ Informação complementar a esta afirmação no Anexo II.

³⁰ Apresentam-se apenas alguns objetivos de intervenção indicados para cada domínio temático a título exemplificativo.

produção transacionável e internacionalizável e a alteração do perfil produtivo do tecido económico
Aumentar a acessibilidade, a utilização e a qualidade das TIC (OT2)
<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos, contribuindo para uma melhoria do desempenho das funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos • Melhorar a eficiência interna e a capacidade institucional da Administração Pública, enquanto elementos de suporte à implementação de melhores respostas às necessidades de cidadãos e empresas
Reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura (OT3)
<ul style="list-style-type: none"> • Promover o empreendedorismo qualificado e criativo • Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal • Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços • Melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização (capital e dívida), promovendo o aumento do investimento e do emprego
Fomentar transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede (OT7)
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento dos sistemas, equipamentos e infraestruturas de transportes e logística inseridos nas RTE-Transportes, por forma a aumentar a competitividade das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e a movimentação de pessoas e bens • Eliminação de constrangimentos nas ligações dos nós secundários e terciários da rede de transportes à rede principal, promovendo a ligação, articulação, interoperabilidade e intermodalidade com as RTE-Transportes, com vista à promoção e competitividade das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e a movimentação de pessoas e bens ao nível local e regional • Desenvolvimento dos sistemas, equipamentos e infraestruturas de transporte e logística com baixas emissões de carbono, por forma a aumentar a sua sustentabilidade económica e ambiental e a competitividade das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e a movimentação de pessoas e bens
Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (OT8)
<ul style="list-style-type: none"> • Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, como contributo para elevar as competências empresariais em I&I e intensificar as interações entre empresas a outras entidades do sistema nacional de I&I • Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas unidades de investigação de entidades do SCTN, como contributo para a qualificação das suas estratégias • Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão, assim como dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança
Aumentar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública (O11)
<ul style="list-style-type: none"> • Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas • Qualificar os trabalhadores integrados no sistema de requalificação com vista à sua recolocação • Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial

Fonte: GP, 2014.

Mediante este quadro de referência, procurou-se analisar o alinhamento entre os mesmos objetivos e as ambições, enquadramento e conteúdos das propostas desenvolvidas. As reflexões decorrentes encontram-se apresentadas no Quadro 11.

Quadro 11. Contributo das propostas desenvolvidas para o domínio *Competitividade e Internacionalização*

Objetivos Temáticos (OT)	Contributo das propostas desenvolvidas durante o estágio
Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação (OT1)	As 3 propostas evidenciam preocupações marcantes relativas a esta vertente, particularmente no que se prende com: <ul style="list-style-type: none"> o reforço de redes e outras formas de parceria e cooperação que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor; a produção e difusão de conhecimento C&T, promovendo as ligações internacionais do sistema nacional de I&I, assim como a transferência de C&T entre empresas, centros de I&D e o ensino superior; e o incentivo ao investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável associada aos setores da Agroindústria, da Floresta, do Mar, do Turismo e da Saúde.
Aumentar a acessibilidade, a utilização e a qualidade das Tecnologias da Informação e Comunicação (OT2)	A P1 evidencia uma forte relação com o reforço da oferta de serviços em rede por parte da administração e de serviços públicos que contribuam para a melhoria do desempenho das funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos.
Reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura (OT3)	Associado ao OT1, as 3 propostas visam, direta ou indiretamente, o reforço da capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços e a promoção de empreendedorismo qualificado e criativo nos setores da agricultura e/ou pescas.
Fomentar transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede (OT7)	Ainda que este objetivo não assuma lugar de destaque nas propostas, a mesma preocupação consta do diagnóstico e abordagem estratégica de base a ambos os projetos.

Legenda: P1. Estratégia de Marketing Regional, P2. Proposta de *Living Lab*, P3. Proposta de AECT

➤ Contributo para o domínio do *Capital Humano*

De entre contributos identificados no âmbito das propostas desenvolvidas com vista a resposta ou minimização de preocupações associadas ao nível de qualificação de jovens e adultos, à qualidade e eficiência do sistema de educação/formação e ao ajustamento das qualificações das pessoas com o mercado de trabalho³¹, tendo por referência o objetivo temático e respetivos objetivos de intervenção listados no Quadro 12, conclui-se que os mesmos vêm contribuir, direta ou indiretamente, para:

- o reforço da formação em contexto de trabalho ao promover uma diversificação de ofertas formativas, quer pelo estímulo à inovação de setores económicos característicos da região, quer pelo intercâmbio de conhecimento e processos inovadores com outros países nestas e outras áreas económicas de interesse;
- a melhoria da qualidade do sistema de educação e formação com enfoque em medidas inovadoras de âmbito multi-regional; e

³¹ Informação complementar a esta afirmação no Anexo II.

- o estímulo à melhoria da qualidade dos processos de aprendizagem e do ajustamento com o mercado de trabalho.

Quadro 12. Objetivos temáticos do domínio *Capital Humano*

Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida (OT10)

- Melhorar o sucesso escolar no ensino básico e secundário através de: i) redução das saídas precoces do sistema educativo, ii) recuperação de jovens com percursos de insucesso (que se encontram na escola ou que já a abandonaram) e iii) melhoria do aproveitamento escolar
- Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário
- Aumentar o número de doutoramentos visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação
- Elevar o nível de qualificação da população adulta ativa, empregada ou desempregada através de processos de RVCC ou da conclusão de percursos de formação escolar e/ou de dupla certificação
- Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de ensino e formação profissional, com reforço da formação em contexto de trabalho, garantindo uma diversidade de ofertas formativas
- Melhorar a qualidade do sistema de educação e formação com enfoque em medidas inovadoras, de âmbito multi-regional
- Reforçar a capacidade de oferta da educação pré-escolar, colmatando situações deficitárias nos territórios
- Dotar as redes do ensino básico, secundário e superior e as redes de infraestruturas de formação profissional das condições que aumentem a qualidade dos processos de aprendizagem e do ajustamento com o mercado de trabalho

Fonte: GP, 2014.

➤ **Contributo para o domínio *Inclusão Social e Emprego***

Reportando a problemáticas relacionadas com o nível de desemprego, a segmentação do mercado de trabalho e os níveis de pobreza e de exclusão social³², à semelhança dos anteriores domínios, no Quadro 13 encontram-se especificados os objetivos temáticos e de intervenção definidos pelo acordo Portugal 2020.

Quadro 13. Objetivos temáticos do domínio *Inclusão Social e Emprego*

Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (OT8)

- Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho
- Melhorar o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, através da mobilidade geográfica dos trabalhadores
- Integrar, de forma sustentada, desempregados nos serviços da administração central do Estado
- Aumentar a empregabilidade e integrar no mercado de trabalho, de forma sustentada dos jovens em especial os que não estão em situação de emprego, ensino ou formação, através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho
- Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego
- Dinamizar o empreendedorismo social
- Melhorar as condições de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, promovendo simultaneamente a natalidade e novas formas de integração no mercado de trabalho
- Aumentar o nº de mulheres com independência económica através da criação do próprio negócio

³² Informação complementar a esta afirmação no Anexo II.

- Integrar a dimensão da igualdade de género na organização, funcionamento e atividade das entidades dos setores públicos, privados e cooperativo
- Aumentar a empregabilidade da população ativa através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho
- Aumentar a permanência na vida ativa de indivíduos de níveis etários mais elevados), promovendo simultaneamente a inserção de desempregados
- Aumentar a eficiência e a eficácia das instituições e estruturas de apoio ao mercado de trabalho
- Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias específicas

Promover a inclusão social e combater a pobreza e à discriminação (OT9)

- Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural
- Reforçar as abordagens locais integradas de apoio ao desenvolvimento social, assente em parceiras locais
- Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa
- Reforçar a coesão social, com recurso à mediação intercultural e intervenção comunitária, promovendo a participação dos imigrantes, dos seus descendentes e das comunidades ciganas
- Reforçar a capacidade de intervenção das entidades públicas e privadas na execução das políticas públicas na área da igualdade de género e da prevenção e combate à violência doméstica e de género e ao tráfico de seres humanos, bem como reforçar a capacidade de resposta ao nível da proteção de vítimas de violência de género, doméstica e de tráfico de seres humanos
- Sensibilizar as instituições, os seus quadros e a população para o combate à discriminação, a desconstrução de preconceitos e estereótipos, a promoção da educação, o diálogo intercultural, e inter-religioso, a igualdade de oportunidades e a inclusão de comunidades marginalizadas
- Aumentar a qualidade e diversificar a oferta de serviços e de respostas sociais e de saúde, promovendo o acesso de acordo com as necessidades específicas dos seguintes grupos: pessoas com deficiências ou incapacidades, pessoas idosas e suas famílias; crianças e jovens, nomeadamente crianças e jovens em risco e suas famílias, bem como crianças com necessidades de intervenção precoce
- Qualificar e adaptar os equipamentos já existentes e diversificar a sua oferta de serviços, adaptando-os às necessidades atuais
- Dotar os serviços e respostas sociais e de saúde de infraestruturas e equipamentos que facilitem o seu acesso e gestão promovendo a integração da rede de cuidados primários, hospitalares e continuados
- Reforçar as organizações de economia social (OES), capacitando-as para uma ação mais eficaz e eficiente
- Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais
- Promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidas, através de ações de regeneração física, económica e social
- Apoiar o investimento e constituição de empresas sociais (Açores)

Fonte: GP, 2014.

Com base no anterior, no Quadro 14 seguem as principais conclusões sobre o alinhamento entre os mesmos objetivos e as ambições, enquadramento e conteúdos das propostas desenvolvidas.

Quadro 14. Contributo das propostas desenvolvidas para o domínio *Inclusão Social e Emprego*

Objetivos Temáticos (OT)	Contributo das propostas desenvolvidas durante o estágio
Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (OT8)	De uma forma geral, as 3 propostas vêm contribuir para o aumento da criação de emprego sustentável, a dinamização do empreendedorismo social, o ajustamento entre a oferta e

	<p>a procura de emprego, e a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade através da dinamização de estratégias específicas.</p> <p>Reforça-se ainda a particularidade das P2 e P3 procurarem, respetivamente, aumentar a permanência na vida ativa de indivíduos de níveis etários mais elevados e fomentar o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego através da mobilidade geográfica dos trabalhadores.</p>
Promover a inclusão social e combater a pobreza e à discriminação (OT9)	<p>As 3 propostas vêm indiretamente contribuir para o reforço de abordagens locais integradas de apoio ao desenvolvimento social, a promoção de iniciativas que estimulem a dinamização de estratégias a inovação, experimentação social e de inclusão ativa, bem como a sensibilização de instituições para o diálogo intercultural.</p>

Legenda: P1. Estratégia de Marketing Regional, P2. Proposta de *Living Lab*, P3. Proposta de AECT

➤ Contributo para o domínio *Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos*

Neste último domínio temático, procurando responder a constrangimentos associados ao nível de intensidade energética da economia portuguesa, ineficiências na utilização e gestão de recursos, à vulnerabilidade face a diversos riscos naturais e tecnológicos e às debilidades na proteção dos valores ambientais, são igualmente identificados no Quadro 15 os objetivos temáticos e de intervenção definidos no Portugal 2020 para o mesmo.

Quadro 15. Objetivos temáticos do domínio *Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos*

<p>Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores (OT4)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável, aproveitando o potencial energético endógeno, e reduzindo a dependência energética • Aumentar a integração na rede dos projetos de energia renovável • Otimização da rede e produção, assegurar a garantia de abastecimento • Aumento da eficiência energética nas empresas com repercussões na competitividade das mesmas e/ou fortes contributos decisivos para as metas nacionais em matéria de eficiência energética • Dinamização dos mercados das empresas de serviços energéticos, enquanto agentes privilegiados na promoção da eficiência energética • Aumento da eficiência energética nas infraestruturas no âmbito da administração central do estado, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos • Redução da quota de consumo dos edifícios públicos da administração local e promoção de uma eficiente iluminação pública • Aumento da eficiência energética e de energias renováveis no setor da habitação, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos • Dotar os consumidores de informação e ferramentas necessárias para que possam realizar eficiência energética • Criar condições para o desenvolvimento de redes e integração das renováveis • Potenciar o desenvolvimento de cidades energeticamente inteligentes • Contribuir para a redução do consumo nacional de energia através da racionalização de recursos • Aumento da eficiência energética no setor dos transportes • Diversificação energética no setor dos transportes • Promoção da mobilidade ecológica e com baixa emissão de carbono • Diversificação das fontes de energia com baixas emissões de carbono
--

Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos naturais (OT5)	
<ul style="list-style-type: none"> • Reforço das capacidades nacionais de adaptação às alterações climáticas, através da adoção e articulação de medidas transversais, setoriais e territoriais • Proteção do litoral e as suas populações face a riscos, especialmente de erosão costeira • Reforço do nível de conhecimento e planeamento sobre os riscos que afetam o território nacional e as capacidades em termos de sistemas de informação e monitorização • Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas 	
Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos (OT6)	
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem • Otimização e gestão eficiente dos recursos hídricos numa ótica de utilização, proteção e valorização garantindo a melhoria da qualidade das massas de águas • Otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do ciclo urbano da água • Promover a afirmação das regiões como destinos turísticos através do desenvolvimento do património natural e cultural • Proteção e conservação de espécies e habitats com vista ao aumento de espécies e habitats com estatuto de conservação favorável • Consolidação dos regimes de gestão eficazes das áreas Rede Natura 2000 • Atualização e colmatação de lacunas relevantes de informação atualização sobre o estado, tendência e distribuição espacial dos valores naturais protegidos • Identificação dos principais ecossistemas e dos serviços que fornecem, particularmente em áreas classificadas e valorização económica e contabilização pública e privada do capital natural decorrente desses serviços • Valorização económica e social dos espaços naturais • O mapeamento e quantificação dos recursos geológicos permitirá também evitar a destruição de habitats, uma vez que permitirá a tomada de decisão prévia à atribuição de concessões de exploração • Melhorar a qualidade de informação e monitorização disponíveis sobre a qualidade do ar e os níveis de ruído • Recuperação de locais contaminados de antigas unidades industriais, incluindo áreas extrativas, mitigando os seus efeitos sobre o ambiente • Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território 	
Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (OT8)	
<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA 	

Fonte: GP, 2014.

Adotado a mesma lógica de análise, também neste domínio se procura inferir sobre o alinhamento entre este quadro de objetivos e as ambições e o enquadramento e conteúdos das propostas desenvolvidas, cujas conclusões se apresentam no Quadro 16.

Quadro 16. Contributo das propostas desenvolvidas para o domínio *Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos*

Objetivos Temáticos (OT)	Contributo das propostas desenvolvidas durante o estágio
Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores (OT4)	De um modo geral, as 3 propostas procuram contribuir para o desenvolvimento de cidades energeticamente inteligentes ao estimular a criação de condições para o desenvolvimento de redes e integração das renováveis (nomeadamente ao incentivar o intercâmbio de conhecimento entre setores e

	regiões e do enquadramento em projetos conjuntos intra e inter-regionais), a diversificação de fontes de abastecimento energético de origem renovável (aproveitando o potencial energético endógeno e reduzindo a dependência energética - evidente na P1 associada à potenciação do recursos do Mar) e a partilha de informação e ferramentas para a realização de ações de eficiência energética.
Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos naturais (OT5)	As 3 propostas, particularmente as P2 e P3, vêm contribuir para o reforço de conhecimento e mecanismos de gestão face aos riscos (designadamente relativos às alterações climáticas) através do estímulo ao intercâmbio de informação e dinamização de iniciativas de cooperação territorial.
Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos (OT6)	As 3 propostas visam contribuir, de uma forma direta e/ou indireta, para a otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, bem como para a valorização económica e social dos espaços naturais. Adicionalmente, a P1 vem contribuir mais diretamente para a afirmação da região como destino turístico designadamente ao apoiar o desenvolvimento do património natural e cultural; a identificação e valorização dos seus principais ecossistemas e serviços; a proteção e conservação de espécies e habitats com vista ao aumento de espécies e habitats com estatuto de conservação favorável e a promoção da qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território.
Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (OT8)	<i>Não se aplica a esta análise; a Região à qual reporta não encontra enquadramento em nenhum dos dois projetos no qual houve participação durante o estágio.</i>

Legenda: P1. Estratégia de Marketing Regional, P2. Proposta de *Living Lab*, P3. Proposta de AECT

➤ Contributo para a consolidação de abordagens territoriais integradas

A par com o potencial contributo das propostas desenvolvidas para a concretização de objetivos temáticos em áreas de intervenção chave, considera-se que as mesmas propostas vêm ainda contribuir para o apoio à definição de abordagens integradas de desenvolvimento territorial, designadamente ao agrupar informação de diagnóstico atualizada, e ao identificar e envolver agentes chave relevantes na dinâmica socioeconómica da região (Quadro 17), facilitando, assim, a consolidação de conteúdos obrigatórios a integrar no âmbito de candidaturas ao abrigo das abordagens DLCB e ITI (ver capítulo 2.2.2.).

Quadro 17. Envolvimento de agentes por projeto de base territorial desenvolvido

Propostas desenvolvidas	Agentes envolvidos
Projeto 1: Rede de Parcerias de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social (que inclui a proposta para a Estratégia de Marketing Regional)	<p>Agentes envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Representantes de câmaras municipais e, por associação, gabinetes de apoio ao empresário e ao empreendedorismo • Associações empresariais setoriais/regionais (entre as quais uma CIM e um GAL) • Associações sociais e culturais • Instituições de ensino e tecnologia • Empresas com forte presença e identidade na região • Unidades de investigação e certificação de produtos

<p>Projeto 2: Programa estratégico 2020 (que inclui as propostas para um <i>Living Lab</i> e um novo Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial)</p>	<p>Constituição de uma nova GAL</p> <p>Agentes envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Representantes de câmaras municipais e, por associação, gabinetes de apoio ao empresário e ao empreendedorismo • Associações empresariais setoriais/regionais (entre as quais uma CIM) • Associações sociais e culturais • Instituições de ensino e tecnologia • Empresas com forte presença e identidade na região • Unidades de investigação
---	--

Notas complementares:

- ❖ Os projetos 1 e 2 decorrem de um enquadramento comum ao considerar que ambos partem do quadro de preocupações, objetivos e prioridades da estratégia EUROPA 2020.
- ❖ Ambos os projetos incorporam um quadro de ações de caráter imaterial – ex: otimização de recursos e equipamentos subutilizados, promoção de meios e incentivos à adaptação de serviços e atividades setoriais às necessidades atuais da sociedade e dos mercados económicos, estímulo à otimização de sinergias e à integração em redes de conhecimento, estabelecimento de parcerias e protocolos com instituições de ciência e tecnologia.
- ❖ As 3 propostas não contribuem de forma igual para todos os objetivos temáticos definidos no âmbito do acordo Portugal 2020. Este facto pode ser explicado pela proposta 1 procurar responder a ambições mais específicas que as propostas 2 e 3, que por sua vez, decorrem de um plano estratégico regional e denotam um caráter mais transversal.

Por outras palavras, enquanto a proposta 1 incide, essencialmente, sobre o domínio *Competitividade e Internacionalização* - ainda que procure estabelecer com frequência ligações com os domínios do capital humano, inclusão social e emprego e sustentabilidade e eficiência no uso de recursos -, as propostas 2 e 3 incorporam ações específicas que decorrem de uma de várias áreas de intervenção identificadas no âmbito do Plano Estratégico para a região. As últimas orientam-se para o objetivo de cooperação territorial e valorizam a troca de conhecimento e soluções estratégicas e inovadoras em áreas prioritárias para a região, procurando contribuir para o fomento de dinâmicas e iniciativas estratégicas enquadradas em qualquer um dos 4 domínios.

4 Reflexão crítica: Experiência e aprendizagens

O presente capítulo encontra-se organizado segundo três perspetivas de análise e reflexão. O primeiro subcapítulo pondera sobre a influência dos desafios do novo ciclo comunitário – identificado anteriormente - na definição de projetos de âmbito regional, tendo por base a experiência adquirida no âmbito do estágio. O subcapítulo seguinte procura evidenciar limitações colocadas à implementação da política regional e de coesão a considerar em ações futuras. E, por último, o terceiro subcapítulo especula sobre o papel do planeador do território no contexto do desenvolvimento regional atual.

4.1 *Os desafios do novo ciclo comunitário na definição de projetos de âmbito regional*

Da leitura dos desafios, exigências e diretrizes apontados pelo quadro atual de política regional e de coesão, no geral, e pelo novo ciclo de apoio comunitário (2014-2020), em particular, importa perceber como agentes com um papel ativo no desenvolvimento do território - sejam entidades públicas ou privadas (ex: empresas de consultoria dedicadas ao desenvolvimento de projetos territoriais, como é o caso da entidade de acolhimento) - procuram contribuir para a promoção de um território mais equilibrado e harmonioso; e comunidades mais competitivas, inclusivas e sustentáveis.

Tendo por certo a influência que a nova agenda política terá na afetação de fundos para o novo período de programação, o desafio que se coloca aos agentes supracitados é o de identificar oportunidades e de as valorizar tendo em vista a prossecução dos seus objetivos. Com isto, questões como a competitividade económica, a qualificação de recursos humanos, as alterações climáticas e a eficiência energética, a promoção de dinâmicas vivenciais e a valorização dos recursos endógenos são preocupações centrais assumidas, quer no âmbito da agenda europeia, quer no discurso nacional, que devem ser salvaguardadas ao desenvolver programas e projetos de intervenção no território.

No que se refere à afetação de recursos, à semelhança do que foi observado durante o período do QREN 2007-2013, para além das temáticas de intervenção definidas na nova agenda política de base ao desenvolvimento de programas e projetos de base territorial, antecipam-se preocupações associadas à sua natureza (definição de projetos com maior ênfase imaterial e numa perspetiva integrada e multisectorial), abrangência (maior cooperação territorial e institucional) e articulação entre agentes (relativa à criação e/ou consolidação de redes locais, regionais e internacionais, e ao fomento do diálogo entre agentes). Assim, no desenvolvimento de políticas, programas e projetos de intervenção territorial interessa i. estruturar soluções organizacionais adequadas ao contexto territorial, ii. introduzir objetivos e preocupações prioritárias das políticas públicas, iii. dinamizar novas formas de construção das mesmas políticas, e iv. assegurar a implementação e monitorização das ações a concretizar. A par com estes pressupostos, e tendo por referência que a capacidade de diálogo interinstitucional e de mobilização de atores locais e regionais muitas vezes não surge de forma espontânea; reconhece-se a premência de identificar e operacionalizar soluções organizativas adequadas para responder às exigências fixadas.

Enquadrado no período de arranque de um novo ciclo de programação, procurou-se com este estágio perceber, em contexto real, se e de que forma as preocupações e/ou desafios identificados são incorporados em programas e projetos territoriais desenvolvidos. Neste

contexto, foram analisados dois projetos de desenvolvimento de carácter regional à luz do conjunto de prioridades, objetivos temáticos e instrumentos de intervenção definidos no âmbito da nova agenda política para 2014-2020. Da mesma análise conclui-se que os mesmos traduzem e procuram corresponder, de forma indireta ou indireta, ao conjunto de preocupações e objetivos temáticos da nova agenda suportados em conceitos emergentes que visam o apoio à mobilização de recursos e dinâmicas territoriais, como é o caso das estratégias de *place branding*, dos *Living Labs* e dos AECT.

De entre reflexões gerais que sobressaem das atividades desenvolvidas durante o estágio, regista-se o facto de ambos os projetos terem resultado em propostas de intervenção cujas ações, de natureza essencialmente imaterial, se articulavam com áreas de especialização associadas ao setor da floresta, do mar, do turismo, do bem-estar e agroindustrial. As mesmas propostas vêm, assim, traduzir um alinhamento com preocupações e oportunidades associadas à consolidação de polos nacionais e de *clusters* de especialização já constituídos; à consolidação de economias de proximidade, designadamente a centros urbanos e países transfronteiriços (este último evidenciado no Projeto 2); ao reforço de ligações entre a região e suas dinâmicas identitárias às universidades e centros de investigação, tanto numa lógica intrarregional como inter-regional; e à promoção de condições para apoiar dinâmicas de empreendedorismo nas suas várias valências.

Com isto, ao refletir sobre o papel da entidade de acolhimento no fomento e concretização da nova agenda de política regional e de coesão, identificam-se esforços numa lógica de preparação e capacitação de entidades locais e regionais para melhor responder aos desafios que se antecipam para o horizonte 2020. Os mesmos esforços são evidentes, tanto no alinhamento entre as estratégias e propostas desenvolvidas com as metas e prioridades identificadas no âmbito da nova agenda de política regional e de coesão, como na criação e/ou consolidação de redes de cooperação - tanto pelo envolvimento e mobilização de agentes locais e regionais durante o processo de elaboração dos projetos (ex: dinamização de debates temáticos em torno dos desafios e exigências do novo quadro político, diretamente relacionado com o Projeto 2; apresentação de resultados alcançados/iniciativas em curso aos participantes, parceiros e à comunidade em geral), como pela definição de ações de intervenção concretas no âmbito dos mesmos projetos (ex: a constituição de um Grupo de Ação Local no âmbito do Projeto 2). Acresce que, ao promover um modelo de trabalho participativo, a entidade de acolhimento vem igualmente apoiar a identificação de sinergias e complementaridades entre recursos territoriais nas suas múltiplas valências (conforme se constatou no âmbito das reuniões de trabalhos dinamizadas). Antecipa-se, assim, que as experiências e dinâmicas decorrentes possam favorecer a identificação de problemáticas-chave, oportunidades locais e/ou regionais e redes de parceiros de base a futuras abordagens territoriais integradas e que, por sua vez, estas se possam traduzir a médio/longo-prazo em oportunidades para o reforço da capacidade de negociação de apoios comunitários para 2014-2020.

Em termos de aprendizagens práticas decorrentes do estágio associadas à estruturação de programas, projetos e propostas de desenvolvimento territorial, aferiu-se a importância de:

- articular preocupações e objetivos de desenvolvimento a diferentes escalas de intervenção - desde a escala europeia (identificando diretrizes e orientações da Comissão Europeia), passando pela escala nacional (refletindo sobre as orientações nacionais no que se refere a políticas públicas), até escala regional e local, procurando enquadrar e articular opções de desenvolvimento local/regional e orientações suprarregionais;
- criar e consolidar redes de trabalho para a identificação de vantagens competitivas; e

- valorizar os recursos endógenos dos territórios, investindo num número limitado de intervenções que melhor se adequem às suas características e necessidades procurando, simultaneamente, antecipar mudanças e desafios globais, e construir cenários numa lógica de prospectiva territorial.

Reportando particularmente ao exercício profissional na entidade de acolhimento, também se demarcam algumas reflexões associadas a metodologias de trabalho.

Neste contexto, reconheceu-se a importância de:

- Identificar e consultar documentos estratégicos e/ou consensos anteriores procurando construir sobre parcerias, orientações e projetos conjuntos já desenvolvidos ou em curso;
- Analisar e caracterizar o potencial e a capacidade de desenvolvimento regional;
- Estabelecer um alinhamento entre os projetos de desenvolvimento para uma determinada região e os desafios chave da agenda de desenvolvimento regional à escala europeia e nacional;
- Avaliar os principais desafios da região para apoiar a priorização das políticas, programas e projetos a definir – visão, missão, objetivos e ações de intervenção;
- Definir mecanismos de monitorização e de acompanhamento; e
- Dinamizar momentos de partilha de resultados alcançados e iniciativas em curso.

Adicionalmente importa referir que, no processo de desenvolvimento de projetos de base territorial, a fase de diagnóstico e auscultação de agentes foi percebida como uma fase de máxima importância para a identificação/definição de estratégias e propostas adequadas para um dado território. Nesta fase, salienta-se a relevância associada:

- à promoção de mecanismos que facilitem a apropriação do projeto por agentes chave da região, bem como pela sua comunidade em geral.

Durante o estágio colocou-se ênfase nas formas de envolvimento de agentes, de comunicação de informação e de integração de contributos nas propostas de intervenção dos projetos. Este procedimento segue a lógica de anteriores iniciativas desenvolvidas nas quais atores chaves da região continuam a ser envolvidos e envolver-se.

- ao processo de obtenção de consensos entre parceiros.

A participação em reuniões de trabalho com parceiros de projeto (no âmbito dos projetos 1 e 2) permitiu tomar consciência da divergência de preocupações, perspetivas e interesses entre os mesmos relativamente à informação de diagnóstico e ações de intervenção apresentados. Alguns dos participantes concordavam, outros indicavam sugestões de alteração ou melhoria relativamente à mesma informação. Importa, assim, salientar a importância associada i. ao registo de impressões e contributos dos participantes (reforçando a relevância da ata de reunião) e ii. à ponderação individual de cada opinião de acordo com o seu enquadramento e utilidade no contexto global da estratégia global do projeto - relativamente à última questão, de notar que, por vezes, os contributos dos participantes não são compatíveis com questões de escala ou objetivos específicos dos projetos apresentados sendo os mesmos considerados (ou não) em conformidade.

Com isto, torna-se importante ter a capacidade de articular e integrar, perspectivas e interesses para, por um lado, manter os níveis de participação e envolvimento de agentes em fases posteriores e, por outro, identificar problemas e necessidades comuns a vários participantes para serem explorados sob várias vertentes.

- ao acesso a informação atualizada.

Neste tipo de projetos (de intervenção abrangente e natureza estratégica) torna-se essencial dispor de informação atualizada para auxiliar devidamente o desenvolvimento de estudos de diagnóstico; quer para efeitos informativos, quer para efeitos comparativos, particularmente no que se refere à construção de gráficos e tabelas. Face a esta realidade e a constrangimentos temporais associados à elaboração deste tipo de projetos, reforça-se a importância de dispor de instituições - públicas e privadas - que assegurem mecanismos de atualização regular de bases de dados e de acesso facilitado aos mesmos.

Em paralelo às anteriores aprendizagens, com vista a introdução de uma perspectiva complementar de apoio à reflexão sobre o papel do planeador do território, considera-se relevante evidenciar o tipo de limitações e constrangimentos identificados com maior frequência na fase de implementação/operacionalização de programas e projetos que visam a promoção da política regional e de coesão. Este tópico é desenvolvido no próximo subcapítulo.

4.2 A Política Regional e de Coesão: limitações e aprendizagens

Reportando à análise bibliográfica sobre o estado atual da política regional e de coesão, faz-se referência a um argumento apresentado por Kevin Morgan (2004) - considerado relevante no âmbito deste estágio pelo facto de ambos os projetos apresentados assumirem uma escala regional e apresentarem propostas cuja implementação se espera para breve - que sugere que a escala de governança regional é aquela onde grande parte das políticas são efetivamente implementadas e concretizadas. O mesmo autor identifica, com base em aprendizagens decorrentes de programas regionais já concretizados (como, por exemplo, o programa *Regional Innovation Strategies*), problemas comuns relacionadas com o processo de implementação de programas e projetos de base regional que interessam considerar na transição entre o “poder de decisão” – associado à visão estratégica - e o “poder de transformação”³³, como seja:

- capital social com escala insuficiente (a construção de capital social na lógica de estrutura relacional - com base em parcerias entre empresas, universidade e governo regional para aprendizagem coletiva - exige paciência, tempo, recursos e uma visão comum);
- a descontinuidade de processos de desenvolvimento territorial (ex: processos interrompidos por modas, tendências emergentes e ou mudanças eleitorais); e
- a desadequação de indicadores de resultados (ex: a valorização da capacidade de inovação de recursos endógenos vem suscitar a necessidade de incorporar indicadores que não se relacionem apenas com a criação de emprego).

³³ Segundo Kevin Morgan (2004), a escala de governança regional é aquela onde grande parte das políticas são efetivamente implementadas e concretizadas distinguindo, com base nesta abordagem, o poder de decisão (associado essencialmente às escalas nacional e supranacional) e o poder de transformação (no âmbito do qual se argumenta que uma cooperação ativa à escala sub-nacional se apresenta como condição necessária para converter o poder de decisão em poder de transformação/implementação).

Reconhece-se, assim, a importância dos programas e projetos regionais apoiarem, desde a sua fase inicial, a consolidação de parcerias institucionais e de assegurar o capital social suficiente para corresponder aos objetivos estratégicos a que se propõem, e a integração de indicadores de resultados que valorizem a capacidade de inovação de recursos endógenos na conceção e elaboração de propostas. Infere-se ainda a necessidade de antecipar mecanismos e/ou agentes que assegurem a continuidade de processos de desenvolvimento territorial a médio/longo prazo – evidencia-se, neste contexto, a importância do papel do planeador do território.

De seguida, desenvolve-se uma breve reflexão sobre o papel do planeador do território enquadrado no estado atual de política regional e de coesão, segundo uma perspetiva mais operacional, procurando estabelecer uma “ponte” entre as aprendizagens decorrentes do estágio e a área de formação do mestrado no âmbito do qual ele decorre.

4.3 *O papel do planeador do território no contexto do desenvolvimento regional*

Nos últimos anos, a atividade de planeamento regional e urbano tem sido objeto de significativas mudanças estruturais. De acordo com Hall e Tewdwr-Jones (2011), entre os anos de 1920 a 1960, entre os formandos na área de planeamento do território predominou como referência a sequência *Survey-Analysis-Plan*³⁴. Foi apenas a partir da década de 1950 (pouco depois da publicação do *British Planning Act* em 1947; que evidenciou a preocupação de assegurar uma atualização contínua dos planos ao definir uma renovação periódica deste processo a cada 5 anos) que se introduziram alterações à anterior linha de pensamento orientando a atividade de planeamento do território, numa primeira fase, para uma ciência social - associada ao poder de decisão -, na qual se integravam conceitos do domínio da filosofia e da política, e posteriormente, para outras áreas da ciência social, como a economia, a sociologia e a psicologia.

Segundo os mesmos autores, foi esta nova tradição de planeamento que influenciou a (re)orientação de conteúdos associados à atividade de planeamento do território, estimulando a transição da ideia de planeamento associada à produção de *blueprints* para uma determinada área geográfica, para um planeamento assente em mecanismos de controlo com a ambição de estruturar ou estimular o processo de desenvolvimento. Neste sentido, argumenta-se que atividade de planeamento do território vem incorporando uma nova sequência de etapas que reflete uma abordagem mais integrada e multidisciplinar para responder a objetivos “territorializados” (Hall & Tewdwr-Jones, 2011). Em paralelo a uma crescente valorização de questões relacionadas com a atualização de informação contínua sobre realidades territoriais e a incorporação de uma perspetiva holística de intervenção no território, reconhece-se ainda que a atividade de planeamento do território necessita considerar o quadro de políticas públicas e desafios colocados ao desenvolvimento do território a diferentes escalas.

Atualmente, admite-se que a visão para o futuro das cidades e regiões assenta, em grande medida, na consolidação de uma rede territorial que contribua para o bem-estar e qualidade de vida dos seus habitantes; a salvaguarda da riqueza e diversidade cultural e heranças históricas; a aproximação dos territórios através de ligações funcionais, sociais e culturais; o aumento da competitividade dos territórios, explorando, em paralelo, oportunidades de cooperação e

³⁴ *Survey* - recolha de informação relevante sobre o desenvolvimento da sua região e/ou cidade; *Analysis* - análise de informação recolhida de modo a perceber tendências de evolução e a prospetivar sobre a região e/ou cidade no futuro; *Plan* - desenvolvimento de um plano que, tendo por base os factos apurados, procurava controlar as tendências de acordo com certos princípios.

complementaridade; e a integração da atividade humana com ecossistemas naturais, preservando e salvaguardando simultaneamente a biodiversidade e a necessidade de responder aos desafios apresentados pelo fenómeno das alterações climáticas (ECTP-CEU, 2013). A mesma visão encontra-se espelhada nos objetivos temáticos e mecanismos de intervenção definidos no âmbito do novo quadro de política regional e de coesão para 2014-2020. É com base nestes argumentos e preocupações que se considera que o planeador do território deve ser capaz de orientar esforços - quer na fase de estruturação de políticas e/ou planos de desenvolvimento, quer na fase de sensibilização e envolvimento de agentes públicos e privados com vista a sua concretização – para a consolidação e promoção de redes territoriais que articulem e combinem diferentes áreas de conhecimento e recursos associados (tangíveis e intangíveis) a diferentes escalas.

Reportando à experiência e aprendizagens adquiridas durante o estágio, o acompanhamento do processo de elaboração de projetos estratégicos – orientados para a resposta e/ou minimização de desafios suprarregionais tendo por base preocupações territoriais identificadas à escala regional/local – veio traduzir os princípios da atividade de planeamento do território e suscitou uma reflexão mais profunda sobre o papel de planeador do território ao revelar a utilidade e dificuldades associadas à orientação de esforços para a consolidação das referidas *redes territoriais*. Um dos momentos chave no âmbito do estágio que contribuiu para a mesma reflexão encontra-se associada à fase de partilha de informação entre agentes pertencentes a diferentes meios e setores de atividade orientada para a i. identificação de situações concretas de “ineficiência” de uso/promoção de recursos da região (tangíveis e intangíveis); e a ii. discussão de propostas de resolução de problema comuns. Neste contexto, ao procurar identificar propostas de intervenção para responder (e corresponder) a necessidades gerais, problemas concretos, interesses e conhecimentos de vários públicos, foi evidenciada a importância da mesma fase para o fomento e estímulo à procura de oportunidades e benefícios mútuos (inclusivamente pelos participantes das dinâmicas de grupo) resultando, por exemplo, em propostas de promoção conjunta do território e de sensibilização da população - residente e não residente - para a diversidade da oferta de atividades culturais, tradições e paisagens disponíveis à escala regional (abordagem essa que vem promover, simultaneamente, o aumento da perceção de qualidade de vida do território pelos seus habitantes, o fomento da atratividade do local/região para a fixação de novos habitantes e o estímulo à estadia de potenciais visitantes durante períodos mais longos).

Com isto, as fases de recolha de informação e de diagnóstico da área de intervenção, tanto à escala intrarregional como à escala inter-regional - nomeadamente no que refere à identificação de recursos endógenos em potencial, dinâmicas sociais características da região, competências sociais e intelectuais diferenciadores no território e na área envolvente, infraestruturas e equipamentos existentes e/ou projetados, projetos de investigação em curso, entre outros – foram assumidas como fundamentais no apoio à resolução de problemas comuns identificados na região e na antecipação de oportunidades conjuntas (*win-win situations*) com vista à concretização de objetivos orientados para a consolidação da visão comum apresentada. Estas razões, por sua vez, justificam a necessidade de afetar meios e recursos humanos à identificação e acompanhamento de cenários de complementaridade e cooperação entre agentes procurando evidenciar benefícios mútuos em potencial, tanto a nível particular, como para a própria região/comunidade.

Neste contexto, reconhece-se um papel ativo do planeador do território i. no apoio à consolidação de uma visão espacial comum para o desenvolvimento dos territórios ao procurar estabelecer e evidenciar um alinhamento entre a valorização e salvaguarda da oferta de recursos e a identidade dos territórios à escala local e/ou regional, e o quadro de referência de prioridades

e desafios identificados às escalas suprarregionais; e ii. no envolvimento de um conjunto alargado de agentes à escala regional com vista a construção da mesma visão.

Associado a este papel, são reconhecidas exigências profissionais que implicam competências que vão para além das mais habituais de gestão territorial (traduzidas nomeadamente na capacidade de gerir usos do solo e estruturas de atividades sociais, de racionalizar meios e recursos, e de antecipar custos e benefícios associados a determinada ação com impacto sobre o território e suas dinâmicas), e que apontam igualmente para a necessidade de possuir competências na área de mediação/gestão de processos e agentes (numa lógica de saber para “onde se quer ir” e quem mobilizar nesse sentido) e comunicação (saber como comunicar uma mensagem de forma adequada a diferentes públicos). Assim, de entre responsabilidades associadas ao planeador do território, identifica-se a capacidade de i. responder a mudanças das sociedades e/ou nova regulamentação e políticas com influencia no desenvolvimento do território tendo por base o quadro político e social de referência nacional (enquanto base de reflexão deste estágio); ii. analisar, elaborar, implementar e monitorizar estratégias de desenvolvimento, bem como respetivas políticas, programas e projetos de apoio (ainda que apenas algumas destas etapas tivessem sido exploradas no âmbito do presente estágio), e iii. ajudar a construir uma visão de equilíbrio entre interesses - públicos e privados - para responder a situações conflituosas no espaço e em programas de desenvolvimento ao procurar evoluir para a definição e priorização de intervenções com base em processos participados facilitadores de consensos.

5 Referências Bibliográficas

Monografias e Artigos de publicações

- Azevedo, A., Magalhães D. & Pereira, J. (2010). *City marketing - MyPlace in XXI*. Vida Económica – Editorial, SA. Porto.
- Barca, F. (2009). *An agenda for a reformed cohesion policy: a place-based approach to European Union challenges and expectations (independent Report prepared at the request of Danuta Hubner, Commissioner for Regional Policy)*. European Commission. Brussels.
- Barros, C. & Gama, R. (2010). Marketing territorial como instrumento de valorização dos espaços rurais: uma aplicação na rede das Aldeias do Xisto. *Cadernos de Geografia* n.º28/29 – 2009/10, Coimbra, FLUC, 93-106.
- Castillo, J. (2013). *Smart Specialization and entrepreneurial discovery: Theory and reality behind the concept*. Infyde ID. Acedido Outubro 13, 2014, em <http://www.unece.org/fileadmin/DAM/ceci/documents/2013/ICP/Dubrovnik/DelCastillo1am.pdf>.
- CCDRC (2014). *RIS3 do Centro de Portugal: Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente*. CCDRC. Acedido Outubro 13, 2014, em https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3126&Itemid=91&lang=pt.
- CE (2010a). *Conclusões do quinto relatório sobre a coesão económica, social e territorial: O futuro da política de coesão*. Comunicação da comissão ao Parlamento Europeu, ao conselho, ao comité económico e social europeu, ao comité das regiões e ao Banco Europeu de Investimento. Comissão Europeia. Bruxelas.
- CE (2010b). *EUROPA 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Comunicação da Comissão. COM (2010) 2020 final. Comissão Europeia. Bruxelas.
- CE (2011). *Territorial agenda of the European Union 2020: Towards an inclusive, smart and sustainable Europe of diverse regions*. Comissão Europeia. Bruxelas.
- CE (2013a). *Europe 2020: Europe's growth strategy*. European Commission President Barroso. Bruxelas.
- CE (2013b). *Guide to social innovation*. Acedido Outubro 13, 2014, em http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/presenta/social_innovation/social_innovation_2013.pdf.
- CE (2014a). *Estado atual da estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Comunicação da comissão ao Parlamento Europeu, ao conselho, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões. COM (2014) 130 final. Comissão Europeia. Bruxelas. Acedido em Outubro 13, 2014, em http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/europe2020stocktaking_pt.pdf.

- CES (2005). *Estratégia de Lisboa: Parecer de iniciativa*. Lisboa.
- ECTP-CEU (2013). *The Charter of European Planning Barcelona 2013: the vision for cities and regions – territoires of Europe in the 21st century*. The European Council of Spatial Planners – Le Conseil Européen des Urbanistes. Acedido Outubro 13, 2014, em http://www.inu.it/wp-content/uploads/ECTP-CEU_Charter_of_European_Planning-Illustrated_Executive_Summary.pdf.
- ENEI (2014). *Estratégia de investigação e inovação para uma especialização inteligente ENEI*. Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2014-2020. Acedido Outubro 13, 2014, em http://www.fc.ul.pt/sites/default/files/fcul/investigacao/ENEI%20V%20F%20%20Maio%202014_SE%5B1%5D.pdf.
- EUR-Lex (2004). *Proposta de Regulamento do Conselho que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão* {SEC(2004) 924}. COM/2004/0492 final. Acedido Outubro 13, 2014, em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52004PC0492>.
- Ferrão, J. (2010). Ordenamento do Território: 25 Anos de Aprendizagem. *Novas Fronteiras*, N.º 26/27, Lisboa, 77-84.
- GP (2014). *Portugal 2020: Acordo de parceria 2014-2020*. Governo de Portugal. Lisboa.
- Hall, P. & Tewdwr-Jones, M. (2011). *Urban and Regional Planning* (5th ed.). Routledge. New York: Taylor & Francis.
- ICETA (2013). *Avaliação ex ante da proposta de Acordo de Parceria para a aplicação em Portugal dos fundos do QEC 2014-2020: Relatório final*. Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agroalimentares. Porto.
- Monteiro, R. (2014). Especialização Inteligente: conceitos, metodologias e estudos de caso. *Revista FERSANT - Feira Empresarial da Região de Santarém*, 21-23.
- Morgan, K. (2010). *Sustainable regions: Governance, innovation and scale*. *European Planning Studies*, Vol. 12, No. 6, 871-889.
- NERPOR-AE (2011). *Guia de boas práticas de marketing territorial*. Parte integrante do Projeto de Marketing Territorial no Norte Alentejo e no Ribatejo, desenvolvido em co-promoção pelo NERPOR-AE e pela UAERLVT.
- Nunes, E. (2011). *Fatores de sucesso em marketing territorial: Desafio de desenvolvimento na região Alentejo*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa. Acedido Outubro 13, 2014, em <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3535/1/Fatores%20de%20sucesso%20em%20Marketing%20Territorial.pdf>.
- OECD (2005). *Building competitive regions: Strategies and governance*. OECD Publishing, Paris.
- Pires, L. M. (2005). *O novo pacote dos fundos estruturais 2007-13 e a região Centro*. Documento não publicado.

- Santinha, G. (2014). O princípio de coesão territorial enquanto novo paradigma de desenvolvimento na formulação de políticas públicas: (re)construindo ideias dominantes. *Revista EURE* (Santiago), Vol.40, No.119.
- Santinha, G. & Marques, T. (2012). A integração do princípio de coesão territorial na agenda política: o caso português. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n.º 2 (Dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. 215-244.
- Santinha, G. S., Rodrigues, C. & Almeida, A. (2009). *Rumo a um novo ciclo de apoio comunitário: Que impactos na definição de políticas territoriais de desenvolvimento local? O caso do Município de Arouca*. Inforgeo, 45-65.
- Schumacher, J. (2011). *Alcotra Innovation project: Living labs definition, harmonization cube indicators & good practices*. Alcotra. Acedido Outubro 13, 2014, em http://www.alcotra-innovation.eu/progetto/doc/Short_guide_on_Living_Labs_and_some_good_practices.pdf.
- SPI (2014). *SPI: O seu parceiro para a inovação com uma presença global*. Sociedade Portuguesa de Inovação. Porto.
- UM (2014). *Cooperação Territorial Europeia e Cultura*. Universidade do Minho. Núcleo de Investigação em Políticas Económicas – NIPE. Acedido Outubro 13, 2014, em <http://www.gepac.gov.pt/gepac-seminarios/cultura2020/estudo-4-relatorio-docx.aspx>.

Web grafia

- CE (2014b). Desenvolvimento local orientado para a comunidade. *Quadro de Referência Estratégico Nacional Web site*. Comissão Europeia. Acedido Outubro 13, 2014, em http://www.qren.pt/np4/np4/?newsId=1334&fileName=desenvolvimento_local_orientado.pdf.
- CE (2014c). File:Gross domestic product (GDP) per inhabitant, in purchasing power standard (PPS), by NUTS 3 regions, 2011 (1) (% of the EU-28 average, EU-28 = 100) RYB14.png. *European Commission Eurostat Web site*. Acedido Outubro 13, 2014, em [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/File:Gross_domestic_product_\(GDP\)_per_inhabitant,_in_purchasing_power_standard_\(PPS\),_by_NUTS_3_regions,_2011_\(1\)_\(%25_of_the_EU-28_average,_EU-28_%3D_100\)_RYB14.png](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/File:Gross_domestic_product_(GDP)_per_inhabitant,_in_purchasing_power_standard_(PPS),_by_NUTS_3_regions,_2011_(1)_(%25_of_the_EU-28_average,_EU-28_%3D_100)_RYB14.png).
- BC (2014). Innovation and business development facility. *Biosense Center Web site*. Acedido Outubro 13, 2014, em <http://biosense.rs/index.php/home/innovation-and-business-development-facility>.
- BCE (2014). Integração Europeia. Banco Central Europeu (BCE) Web site. Acedido Outubro 13, 2014, em https://www.ecb.europa.eu/ecb/educational/facts/euint/html/ei_002.pt.html
- EUROCID (2014). Europa 2020: Objetivos e iniciativas emblemáticas. *Eurocid Web site*. Acedido Outubro 13, 2014, em http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=6440.

- EUROPA (2014). Política Regional. *EUROPA Sínteses da legislação da UE Web site*. Acedido Outubro 13, 2014, em http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/index_pt.htm.
- GP (2014b). Apresentação do acordo de parceria do programa Portugal 2020. *Governo de Portugal Web site*. Acedido Outubro 13, 2014, em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-temas/portugal-2020/portugal-2020.aspx>.
- GPP (2014a). Programa de desenvolvimento rural continente 2014-2020. *Gabinete de Planeamento e Políticas Web site*. Governo de Portugal. Acedido Outubro 13, 2014, em http://www.gpp.pt/pac2013/ct/medidas/M10_LEADER_28_10_2013.pdf.
- GPP (2014b). Contactos dos Grupos de Ação Local (GAL). *Gabinete de Planeamento e Políticas Web site*. Acedido Outubro 13, 2014, em <http://www.gpp.pt/RI/CPLP/Seminario/ContactosGALPRODER.pdf>.
- IFDR (2014a). Cooperação Territorial Europeia. *Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP Web site*. Acedido Outubro 13, 2014, em <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=124>.
- IFDR (2014b). Agrupamentos Europeus de Cooperação Transfronteiriça (AECT). *Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP Web site*. Acedido Outubro 13, 2014, em <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=262>.
- INE (2011). Instituto Nacional de Estatística. Acedido Outubro 13, 2014, INE (2011). www.ine.pt.
- Observatório do QREN (2014a). 2011 - A Agenda Territorial da União Europeia para 2020. *Observatório do QREN Web site*. Acedido Outubro 13, 2014, em http://www.observatorio.pt/print.php?lang=0&id_page=711&type=item1.
- Observatório do QREN (2014b). 2011 – Comissão Europeia propõe pacote legislativo para uma nova arquitetura da Política de Coesão 2014-2020. *Observatório do QREN Web site*. Acedido Outubro 13, 2014, em http://www.observatorio.pt/print.php?lang=0&id_page=711&type=item1.
- Observatório do QREN (2014c). Calendário indicativo da Comissão Europeia para o Acordo de Parceria e Programas Operacionais de 2014-2020. *Observatório do QREN Web site*. Acedido Outubro 13, 2014, em http://www.observatorio.pt/destaque.php?lang=0&id_page=789.
- QREN (2014). Portugal 2020 – Uma estratégia para o crescimento sustentado do país. *Quadro de Referência Estratégico Nacional Web site*. Acedido Outubro 13, 2014, em <http://www.qren.pt/np4/4532.html>.
- QREN (2014). Portugal 2020: Especialização Inteligente. *COMPETE Programa Operacional Fatores de Competitividade Web site*. Acedido Outubro 13, 2014, em <http://www.pofc.qren.pt/portugal-2020/especializacao-inteligente>.

Legislação ou normas

- CE (2012). Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho 2011/0272 (COD). Comissão Europeia.
- Decreto-Lei n.º 376/2007, de 8 de Novembro. *Diário da República n.º 215/07 – I Série*. Ministério do Ambiente, do Ordenamento, do Território e do Desenvolvimento Regional.
- Despacho n.º 20723/2008 de 7 de Agosto de 2008. *Diário da República n.º 152/08 – II Série*. Ministério do Ambiente, do Ordenamento, do Território e do Desenvolvimento Regional.
- Despacho n.º 23110/2009 de 9 de Outubro de 2009. *Diário da República n.º 204/09 – II Série*. Ministério do Ambiente, do Ordenamento, do Território e do Desenvolvimento Regional.
- Despacho n.º 7128/2009 de 9 de Março de 2009. *Diário da República n.º 47/09 – II Série*. Ministério do Ambiente, do Ordenamento, do Território e do Desenvolvimento Regional.
- Regulamento (CE) n.º 1082/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho. Jornal Oficial da União Europeia.
- Regulation (EU) n.º 1299/2013 of the European Parliament and of the Council, 17 of December 2013. Official Journal of the European Union.

Teses, dissertações e outras provas académicas

- Almeida, A. (2009). *Rumo a um novo ciclo de apoio comunitário: O caso do Município de Arouca*. Dissertação de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, Universidade de Aveiro, Portugal.
- Papudo, R. M. (2007). *Indicadores de ordenamento do território: uma proposta metodológica para o caso português*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal.

Comunicações

- Mateus, A. (2007). As regiões europeias e as novas exigências de competitividade e coesão no ciclo 2007-2013. In *Comunicação apresentada na conferência Novo Ciclo de Fundos Estruturais e Região do Norte: desafios e oportunidades 2007-2013*, Porto, 8 de Fevereiro 2007.
- Observatório do QREN (2012). Programação estratégica 2014-2020 (à luz dos atuais resultados de negociação). In *Workshop “Política de Coesão 2014-2020: perspetiva do enquadramento regulamentar europeu”*, Tomar, 13 de Novembro 2012. Acedido Outubro 13, 2014, em <http://www.observatorio.pt/download.php?id=776>.

6 Anexos

ANEXO I - A emergência da dimensão territorial nas políticas europeias

“A dimensão territorial vem assumindo visibilidade na formulação de políticas públicas [...] uma análise dos trabalhos produzidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, em inglês, Organisation for Economic Cooperation and Development) (2001, 2009) ou pelo Banco Mundial (2009), mostra como estas instituições, de referência em escala mundial, sublinham a importância de abordagens de base territorial como fatores essenciais na formulação de políticas públicas. No quadro concreto das políticas da Comissão Europeia, esta questão é igualmente visível, tendo sido inclusive adotado, recentemente, o princípio da Coesão Territorial como o novo paradigma de desenvolvimento do território europeu” (Santinha, 2014).

A dimensão territorial ganhou maior reconhecimento no âmbito das políticas de desenvolvimento com a apresentação do relatório da Comissão Spaak, em 1956 (decorrente do qual foi iniciado o estabelecimento de uma série de políticas regionais ativas em defesa da redução das assimetrias registadas no espaço geográfico europeu). Após a apresentação do relatório Spaak, de entre acontecimentos importantes para a consolidação do espaço geográfico europeu, será de assinalar a assinatura do Tratado da Comunidade Económica Europeia (1957)³⁵ que congregou um conjunto de países³⁶ numa Comunidade tendo como objetivo a sua integração (com vista a expansão económica) e no qual foram incluídas referências a dois instrumentos que definiram a abordagem inicial da Europa ao problema de redução de disparidades dentro da mesma - o Banco Europeu de Investimento e o Fundo Social Europeu.

Neste contexto, surgiram mudanças ideológicas relativas ao modelo de desenvolvimento, tendentes a uma política de cariz regional para o espaço comunitário com base em princípios de subsidiariedade e solidariedade.

Com a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e a assinatura do Ato Único Europeu em 1986, foram introduzidas alterações à implementação do ordenamento do território à escala europeia, particularmente com a declaração do princípio de subsidiariedade³⁷ e a introdução do conceito de Coesão Económica e Social. A par com o princípio de subsidiariedade surgiu o princípio de desenvolvimento sustentável - descrito no Relatório Brundtland em 1987 como um processo de mudança em que a exploração dos diferentes recursos existentes, a orientação do desenvolvimento técnico e a reforma das várias instituições aumentam o potencial, atual e futuro, de satisfação das necessidades e aspirações humanas – que propiciou uma alteração de comportamento dos agentes públicos e privados envolvidos, promovendo a integração da dimensão ambiental.

³⁵ Frequentemente designado Tratado de Roma.

³⁶ O Tratado da CEE veio congrega a França, a Alemanha, a Itália e os países do Benelux numa Comunidade Económica.

³⁷ O princípio de subsidiariedade foi formalmente consagrado no direito da União Europeia pelo Tratado de Maastricht com a ambição de garantir um determinado grau de autonomia a uma autoridade subordinada, face a uma instância superior, ou a um poder local face ao poder central. Este princípio implica uma repartição de competências entre diversos níveis de poder.

Mais tarde, com o Tratado de Maastrich, foi criado o fundo de Coesão como instrumento de reforço da política de coesão destinado aos países mais periféricos e, em termos económicos, menos desenvolvidos (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda), especialmente direcionado para os sectores do transporte e do ambiente (Almeida, 2009).

Durante a década de 90, a aceleração do processo de integração e convergência europeia e o reconhecimento de uma grande amplitude de políticas regionais existentes evidenciou a necessidade de criar fundos de apoio a iniciativas que promovessem a reestruturação do espaço comunitário, particularmente em regiões menos favorecidas. Neste sentido, a Comissão Europeia (CE) procurou orientar o percurso de desenvolvimento dos seus Estados-Membro definindo três vetores estratégicos: o fortalecimento do mercado único, o reforço da coesão económica e social e o desenvolvimento regional. Foi igualmente durante esta década que a CE reconheceu a importância das diversas autoridades e entidades (regionais e locais) no estabelecimento de uma política comunitária, tendo resultado uma série de programas de apoio às suas ações (ex: RECITE; LEADER; INTERREG; URBAN). Paralelamente, foram publicados documentos como a EUROPA 2000 (1991), a EUROPA+ (1994) e a VASAB 2010 (1994) que serviram de base ao desenvolvimento do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC)³⁸.

O EDEC³⁹ consiste num documento de carácter não vinculativo que visou promover uma linha orientadora para a definição de estratégias para o contexto comunitário, materializada num conjunto de políticas e instrumentos financeiros (tendo sido particularmente relevante na programação dos fundos estruturais para o período 2000-2006). Este documento resultou de um processo informal de construção de consensos intergovernamentais, e representou uma visão de partilha do espaço geográfico europeu. O mesmo estabeleceu como diretrizes orientadoras o desenvolvimento espacial policêntrico e a nova relação cidade-campo, a equidade de acesso às infraestruturas e ao conhecimento e a gestão prudente da natureza e do património cultural; e refere “que o desenvolvimento de cada região deve integrar uma visão mais ampla, supranacional, que permita a afirmação de zonas económicas de integração mundial capazes de transformar a atual organização espacial do espaço europeu, de tipo centro-periferia, numa configuração mais policêntrica” (Ferrão, 2010, p.82).

Foi com o Tratado de Amsterdão (em 1997) que se deu início à implementação do EDEC que previa como objetivos a harmonia, equilíbrio e o desenvolvimento sustentável do território europeu. Posteriormente, em 2007, a adoção da Agenda Territorial da União Europeia e do seu 1.º Programa de Ação apoiou a consolidação e aprofundamento de uma nova cultura de ordenamento do território - impulsionada pelo EDEC - mais compatível com as preocupações, prioridades e incertezas das sociedades atuais (Ferrão, 2010). Estes últimos vieram, por sua vez, contribuir para a criação de condições de apoio à continuação do processo de harmonização de discursos, socialização de valores e atitudes, disseminação de novas competências e generalização de boas práticas; e ainda ao desenvolvimento de inovações institucionais, tais como a rede de pontos de contato da coesão territorial (as mesmas marcam o início de uma nova etapa do processo de institucionalização de um ordenamento do território europeu).

No mesmo ano, a coesão territorial foi consagrada como uma nova componente da política de coesão, a par da coesão económica e da coesão social no Tratado de Lisboa, tendo sido institucionalizada dois anos mais tarde no âmbito da política de coesão. De referir que a

³⁸ Enquanto modelo territorial comunitário.

³⁹ A versão preliminar do EDEC foi apresentada em 1997, e após as devidas alterações e adaptações, foi ultimada e aprovada em 1999.

institucionalização da coesão territorial surgiu num contexto em que, do ponto de vista político, a “UE alega não possuir poderes formais sobre a dimensão territorial e como justificação de tal afirmação, destaca o papel específico por si desempenhado no estabelecimento de estratégias transnacionais e de desenvolvimento do espaço comunitário” (Papudo, 2007, p. 76).

Um outro marco na evolução da dimensão territorial no âmbito das políticas europeias foi a publicação do Livro Verde sobre a Coesão Territorial (Santinha & Marques, 2012) – que surge após a assinatura do Tratado de Lisboa - que, para além de reforçar ideias, conceitos e princípios já consagrados, permitiu avanços politicamente relevantes, tais como o recentrar o debate em questões de natureza pró-ativa (transformando ideias em políticas e objetivos em medidas); e “integrar o debate da coesão territorial num outro, mais amplo, sobre a nova política de coesão para o período pós-2013” (Ferrão, 2010, p. 83). Neste contexto, documentos como o relatório da Barca, o 5º relatório sobre a coesão económica, social e territorial e a Agenda Territorial 2020 vieram alimentar e reforçar a discussão em torno da importância da dimensão territorial.

O *relatório Barca* (Barca, 2009), por um lado, evidenciou a importância de uma política de fomento económico e social adaptada às condições específicas de regiões diferentes entre si, capaz de criar oportunidades e enfrentar desafios colocados aos cidadãos da UE pela unificação de mercado, sugerindo, para tal, a implementação de metodologias avançadas, centradas em resultados, e uma governança moderna de vários níveis. O *quinto relatório sobre a coesão económica, social e territorial*, por outro lado, mostrou que as características geográficas/demográficas podem agravar os problemas de desenvolvimento, admitindo a necessidade de atribuir às coletividades locais um papel reforçado de conceção e aplicação das estratégias de desenvolvimento urbano (CE, 2010a, p.7-8) e de equacionar a possibilidade dos programas serem projetados e geridos, não apenas ao nível nacional e regional, mas igualmente a uma escala mais localizada. Por último, a *Agenda Territorial da UE para 2020* - adaptada da Estratégia EUROPA 2020 - resultou da revisão da primeira Agenda Territorial e veio reforçar a importância do local e da adaptação à sua diversidade e o estímulo a abordagens experimentais na implementação e desenvolvimento da política.

De entre notas finais relativas ao enquadramento da dimensão territorial no quadro de político de desenvolvimento a nível europeu e nacional, reconhece-se ainda que: i. a diversidade territorial denota um forte potencial de desenvolvimento e a identidade das comunidades locais e regionais é assumida como fator crucial nesse sentido; ii. os territórios que apresentam oportunidades e desafios comuns podem colaborar para encontrar soluções comuns e utilizar o seu potencial territorial através da uma aprendizagem mútua (CE, 2011); iii. os territórios com potencialidades complementares podem juntar esforços, explorando vantagens competitivas, para desenvolver um potencial de desenvolvimento com valor acrescentado (CE, 2011); e iv. as políticas da Comissão Europeia vêm atribuindo uma maior ênfase à coesão territorial, nomeadamente no apoio a áreas geográficas com problemas demográficos e no fomento de um alinhamento estratégico entre a cooperação transnacional e as estratégias suprarregionais.

Constrangimentos identificados no âmbito do acordo Portugal 2020

Quadro 18. Domínios de constrangimento de âmbito nacional

Domínio de constrangimento	Constrangimentos com contributo relevante dos FEEI ⁴⁰ para a sua superação
Perfil de especialização produtiva	<ul style="list-style-type: none"> • Fraco investimento empresarial em I&I • Escassez de competências de I&I e de internacionalização nas empresas • Insuficiente visibilidade e reconhecimento internacional do valor dos produtos e do território nacionais • Dificuldades em atrair e reter recursos humanos altamente qualificados • Reduzida propensão e escassez de recursos e competências para o lançamento de novas empresas baseadas no conhecimento e na criatividade • Recursos financeiros e humanos insuficientes para o desenvolvimento de atividade exportadora das PME • Insuficiente valorização do conhecimento C&T por parte das entidades do sistema I&I • Insuficiente consolidação e internacionalização do sistema C&T
Competências e estratégias das PME	<ul style="list-style-type: none"> • Deficientes competências de organização e gestão estratégica nas PME • Insuficiente investimento em fatores de competitividade sofisticados por parte de PME • Insuficiente articulação entre empresas e entre estas e os restantes atores do sistema de inovação (nacional e internacional) • Insuficiente envolvimento de empregadores e empregados em processos de aprendizagem ao longo da vida
Condições de contexto	<ul style="list-style-type: none"> • Elevados custos e condições restritivas de acesso das PME a capital alheio • Insuficiente desenvolvimento do mercado do capital de risco • Insuficiente disponibilização e utilização de serviços públicos <i>online</i> • Ineficiência na organização e gestão de serviços públicos • Níveis insuficientes de qualificação dos recursos humanos na administração pública • Desvantagem competitiva da economia portuguesa em termos de custos de transporte, associada à sua posição geográfica e ao insuficiente desenvolvimento das RTE-T (em particular nos domínios ferroviários e marítimo-portuário) • Excessiva dependência do transporte rodoviário
Nível de desemprego	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado nível de desemprego jovem (NEET) • Nível crescente de desemprego de longa duração/estrutural, abrangendo sobretudo pessoas com menores qualificações, seniores e outros grupos com particulares dificuldades de integração profissional, devido às suas características específicas (ex: pessoas com deficiência ou incapacidade) • Incidência territorialmente diferenciada do desemprego • Baixas qualificações da maioria dos desempregados
Segmentação do mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado peso de empregados com “vínculos instáveis”, afetando em particular as novas gerações • Elevada desigualdade salarial, designadamente entre homens e mulheres e entre

⁴⁰ Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) compreendem o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) e respetivos programas operacionais (PO) e programas de desenvolvimento rural (PDR).

	<p>os mais qualificados e os menos qualificados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Constrangimentos à conciliação da vida profissional e privada • Escasso peso do emprego a tempo parcial • Acesso limitado dos empregados menos qualificados a oportunidade de formação/aprendizagem ao longo da vida
Níveis de pobreza monetária e de exclusão social	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada incidência de pobreza infantil, bem como junto dos idosos • Crescente nº de famílias com baixa intensidade de trabalho • Existência de outros segmentos populacionais particularmente vulneráveis aos riscos de pobreza e exclusão social • Insuficiências no acesso e na qualidade dos serviços de apoio, designadamente de grupos vulneráveis • Incidência/concentração de fenómenos de pobreza e de exclusão social em territórios específicos, urbanos e rurais
Nível de qualificação de jovens e adultos	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de desistência no ensino secundário elevados • Taxas de conclusão e transição reduzidas nos ensinos básico e secundário • Nível mediano de desempenho dos alunos • Nível da população portuguesa com o ensino secundário reduzido • Níveis de participação dos adultos em atividades de educação e formação reduzidas • Nível da população portuguesa com o ensino superior reduzido
Qualidade e eficiência do sistema de educação ou formação	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão e regulação da oferta formativa com debilidades • Modelo pedagógico com fragilidades face aos objetivos do sistema educativo/formativo • Desadequação de infraestruturas, de equipamentos e de recursos didáticos aos objetivos de determinados cursos (sobretudo de formação técnica e tecnológica) • Taxa de cobertura do ensino pré-escolar insuficiente • Acesso (nº de vagas e dimensão económica das famílias) ao ensino dificultado em alguns graus de ensino • Processos de monitorização e de avaliação pouco desenvolvidos, sistemáticos e generalizados (do desempenho dos alunos, dos professores, das escolas/entidades formadoras, do sistema educativo) • Sistemas de informação com fortes lacunas • Processos de acompanhamento dos alunos de forma a prevenir percursos de insucesso escolar, através de intervenções individualizadas nos alunos em situação de risco • Mecanismos de orientação e encaminhamento dos jovens e adultos para as ofertas formativas que potenciem o sucesso no seu percurso escolar/formativo e o ajustamento com as necessidades do mercado • Existência de ineficiências (dos custos) no sistema educativo ou formativo
Ajustamento das qualificações das pessoas com o mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Modelos de estruturação da oferta formativa com dificuldades em definir uma oferta formativa coerente com as necessidades do mercado de trabalho (sem duplicações e omissões nos diferentes territórios) • Inexistência de mecanismos expeditos de identificação de necessidades de qualificações no âmbito dos territórios • Inexistência de mecanismos que potenciem a inovação na definição das ofertas formativas • Desajustamento entre as áreas de formação lecionadas e as procuradas em cada território • Desajustamentos entre a organização da oferta formativa ou cursos e as características dos formandos e as necessidades do mercado de trabalho

Fonte: GP, 2014.

ANEXO III - Grupos de Ação Local

Os Grupos de Ação Local (GAL) são parcerias compostas por representantes dos interesses socioeconómicos locais, públicos e privados que têm em consideração as necessidades e potencialidades locais, a ligação em rede e a cooperação (GPP, 2014a). Os mesmos visam representar os interesses dos agentes e das populações; estabelecer uma estratégia, executar programas de desenvolvimento; e dispor de um poder de decisão.

No contexto nacional, identificam-se vários GAL já constituídos, distribuídos por todo o país.

Quadro 19. Listagem de Grupos de Ação Local em Portugal

REGIÕES NUTSII	GRUPOS DE AÇÃO LOCAL (CONSTITUÍDOS)
NORTE	ADRAT – Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (Chaves); ADERSOUSA – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras Sousa (Felgueiras); ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira (Arouca); ADRIMINHO - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho (Valença); ATAHCA - Associação Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (Vila Verde); ADRITEM - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria (Cesar); BEIRA DOURO - Associação para o Desenvolvimento do Vale do Douro (Lamego); CORANE - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina (Bragança); DESTEQUE - Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente (Mirandela); DOLMEN - Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega (Canaveses); DOURO SUPERIOR - Associação de Desenvolvimento (Moncorvo); DOURO HISTÓRICO - Associação do Douro Histórico (Sabrosa); PROBASTO - Associação de Desenvolvimento Rural de Basto (Cabeceiras de Basto); SOL-DO-AVE - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave (Guimarães).
CENTRO	AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego (Cantanhede); ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura (Leiria); ADIBER - Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra (Góis); ADICES – Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Sociais e Económicas (Santa Comba Dão); ADRUSE – Associação Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela (Gouveia); BEIRA INTERIOR SUL (Vila Velha de Ródão); CASTELOS DO CÔA (Trancoso); ELOZ – Entre Lousã e Zêzere (Lousã); GAL ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão (Penalva do Castelo); PINHAL MAIOR - Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul (Sertã); PRÓ-RAIA - Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte (Guarda); TERRAS DE SICÓ - Associação de Desenvolvimento (Pombal).
LISBOA E VALE DO TEJO	ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte (Tomar); ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (Quinta do Anjo); APRODER - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo (Santarém Codex); CHARNECA - Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana (Coruche); LEADER OESTE - Associação para o Desenvolvimento. e Promoção Rural do Oeste (Cadaval; TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior (Abrantes).

ALENTEJO	ADER-AL - Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejano (Portalegre Codex); ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano (Santiago do Cacém); LEADERSOR - Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sor (Ponte de Sor); GAL AL SUD (Messejana); MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA (Serpa); MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central, ACE (Arraiolos); PRÓ RURAL (Beja); TERRAS DENTRO - Associação para o Desenvolvimento Integrado (Alcáçovas).
ALGARVE	ADERE (Bensafrim); GAL TERRAS DO BAIXO GUADIANA (Alcoutim); INTERIOR DO ALGARVE CENTRAL (São Brás de Alportel).

Fonte: GPP, 2014b.

A título informativo, importa referir ainda que, no que diz respeito às abordagens integradas DLBC, os GAL devem ser compostos por representantes de diferentes interesses socioeconómicos públicos e privados locais integrando agentes como empresários e respetivas associações, autoridades locais, associações rurais ou de vizinhos, grupos de cidadão, organizações comunitárias ou voluntárias, entre outros (CE, 2014b).

ANEXO IV - Descrição da Entidade de Acolhimento: Sociedade Portuguesa de Inovação

A Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI) – entidade de acolhimento do estágio objeto de estudo – refere-se a uma empresa de consultoria criada em 1997, que tem por ambição apoiar entidades públicas e privadas na gestão de projetos que fomentem a inovação e promovam oportunidades internacionais, recorrendo sempre que conveniente à criação de parcerias estratégicas.

Quadro 20. Áreas de atuação da empresa Sociedade Portuguesa de Inovação

Inovação	Ciência e Tecnologia	Território
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecimento da importância da inovação numa sociedade global, dinâmica e em transformação.• A SPI tem desenvolvido um amplo conhecimento sobre aspetos relevantes do ecossistema de inovação, aplicando-o a um conjunto de atividades e serviços que estimulam e aceleram a inovação nas suas mais diversas formas. <p>• Assuntos abordados: gestão de inovação, inovação aberta, desenvolvimento de competências, internacionalização de PME, implementação de <i>clusters</i>, gestão de conhecimento, entre outros.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Reconhecimento da influência da ciência e tecnologia no crescimento e na competitividade de empresas e regiões.• O Grupo SPI tem apoiado o avanço da ciência e tecnologia e cria valor através da sua abordagem empreendedora, experiência empresarial e conhecimento científico, recorrendo sempre que útil à sua rede de contatos para criar parcerias internacionais que fomentem a investigação, transferência de tecnologia e expansão para outros mercados.• Assuntos abordados: transferências de tecnologia, investigação e desenvolvimento, tecnologias emergentes, tecnologias industriais, fábricas do futuro, processos industriais sustentáveis, entre outros.	<ul style="list-style-type: none">• Reconhecimento do papel central do território para a competitividade e o crescimento económico sustentável.• O Grupo SPI tem combinado o seu conhecimento em planeamento estratégico e inovação, com as suas competências em planeamento do território e o desenvolvimento urbano, para servir os interesses dos seus clientes e parceiros. <p>• Assuntos abordados: desenvolvimento regional, regeneração urbana e património natural, desenvolvimento sustentável, cidades inteligentes, planeamento de mobilidade e de transportes, ordenamento do território, entre outros.</p>

Fonte: SPI, 2014.

Suportando a sua atividade em 3 áreas de atuação fundamentais: Inovação, C&T e o Território (Quadro 23), esta entidade apresenta-se como agente facilitador que visa i. potenciar a inovação, apoiando a promoção da investigação e transferência de tecnologia; ii. criar conhecimento, apoiando o estabelecimento de parcerias; iii. reforçar da competitividade, apoiando a entrada em novos mercados; e iv. fomentar o empreendedorismo, apoiando o desenvolvimento e regeneração dos territórios. Neste sentido, a mesma entidade procura envolver diferentes tipos de agentes e explorar oportunidades e vantagens competitivas decorrentes da inter-relação entre estes domínios.

De entre aspetos que motivaram a escolha da SPI como entidade de acolhimento, salienta-se o facto de: ser uma empresa com vários anos de experiência em múltiplos setores de atividade; identificar o domínio do *Território* como uma das áreas prioritárias de atuação da empresa e de valorizar o seu cruzamento com as áreas da inovação e da C&T; reunir experiência na conceção e dinamização de projetos de base territorial e conhecimento em áreas fundamentais ao desenvolvimento do território (ex: desenvolvimento regional, regeneração urbana e património natural, desenvolvimento sustentável, cidades inteligentes, planeamento de mobilidade e de transportes, ordenamento do território); e de dinamizar momentos de interação com agentes de vários setores de atividade - públicos e privados – e interface entre instituições relevantes para o desenvolvimento do território (papel de networking).

ANEXO V - A Estratégia Europa 2020 e o Quadro Estratégico Comum 2014-2020

Como principal mudança em relação ao período de programação 2007-2013, assinala-se a adoção do Quadro Estratégico Comum 2014-2020.

A definição de um Quadro Estratégico Comum 2014-2020 visa garantir uma maior coerência entre as políticas comunitárias e os investimentos concretizados, tendo sido identificado um conjunto de objetivos, alinhado com a estratégia EUROPA 2020, que sustentará a afetação do investimento e dos apoios comunitários.

De entre questões em destaque no âmbito do Quadro Estratégico Comum (<http://oestecim.spi.pt/node/12>), salienta-se o facto desta se propor a:

- reforçar o desempenho com uma aposta na integração e gestão de recursos designadamente através da promoção de abordagens integradas e/ou orientadas para resultados como os ITI para desenvolvimento urbano (5% FEDER) e a DCBL (enquanto estratégias definidas pelos agentes de desenvolvimento) e o desenvolvimento do próprio acordo de parceria Portugal 2020 ;
- evidenciar uma forte aposta na programação estratégica, nomeadamente através do reforço do papel das regiões, da mobilização de todos os intervenientes para a concretização de metas e prioridades estratégicas – de referir a importância dos Grupos de Ação Local (GAL) neste sentido – e a construção de programas mais adaptados à realidade assumindo compromissos a nível regional, alinhados com a política comunitária e nacional.
- garantir uma orientação para resultados com a explicitação *ex-ante* dos resultados a atingir, a incentivo a uma concentração temática (numa lógica de apostar onde há potencial) e o desenvolvimento de mecanismos mínimos obrigatórios, procurando assegurar o cumprimento cumulativo de regras de afetação de fundos.

ANEXO VI - Benchmarking sobre Living Labs

O *Living Lab* é entendido como um conceito de investigação e inovação. Orientado para o utente e suportado num ecossistema de inovação aberta, este conceito é frequentemente operacionalizado em contextos regionais, integrando processos de IDI com base em parcerias entre entidades privadas, públicas e a sociedade (C3P). O envolvimento das referidas entidades – enquanto potenciais utilizadores e fonte de conhecimento - é desenvolvido através de um processo baseado em 4 atividades centrais: a cocriação, a exploração, a experimentação e a avaliação de ideias, cenários, conceitos e tecnologias inovadoras em contexto real (Quadro 24).

Quadro 21. Atividades centrais de um *Living Lab*

Fases	Descrição
Fase de cocriação	Tem como objetivo estimular a transferência de tecnologia e mobilizar diferentes aplicações (ex: <i>crowd sourcing</i> , <i>crowd casting</i>) no sentido de agrupar uma grande diversidade de perspetivas, constrangimentos e conhecimento que sustente o desenvolvimento de novos cenários e conceitos.
Fase de exploração	Tem como objetivo envolver todos os <i>stakeholders</i> num estágio inicial do processo de cocriação para a exploração de cenários, funções e comportamentos emergentes com base em contextos reais ou ambientes virtuais.
Fase de experimentação	Tem o objetivo de implementar um nível adequado de ferramentas tecnológicas que possibilitem a experimentação de cenários em contexto real por um grande número de utilizadores reunindo, paralelamente, dados para análise na fase seguinte.
Fase de avaliação	Tem o objetivo de avaliar novas ideias e conceitos inovadores, bem como ferramentas tecnológicas associadas a situações reais, com base em diferentes dimensões sociais tais como a ergonómica, cognitiva e económica; registar observações relativas ao potencial associado à adoção viral de novos conceitos e ferramentas tecnológicas através do confronto com os modelos valorizados pelos utilizadores.

Fonte: Schumacher, J. (2011).

Esta abordagem permite que todos os intervenientes no processo de criação sejam considerados, tanto ao nível da performance do produto/serviço como da apropriação do mesmo pelo utente. Os *Living Labs* constituem, assim, um ambiente de experimentação onde se procura que, por um lado, os utilizadores sejam envolvidos num espaço de criatividade social para conceber e experienciar o seu próprio futuro, e por outro, os agentes de política e os cidadãos concebam, explorem, experienciem e refinem políticas e regulamentos com base em cenários reais, avaliando os seus potenciais impactos antes da sua implementação.

Com o decorrer dos anos, o desenvolvimento de *Living Labs* tem sido estimulado por necessidades inter-regionais para o fomento de inovação e competitividade. Neste contexto, a criação de serviços no seio da European Network of *Living Labs* (EnoLL), enquanto comunidade internacional de *Living Labs* (<http://www.openlivinglabs.eu/>) assume relevância à escala europeia. Numa perspetiva mais operacional dos *Living Labs* e da Rede EnoLL, salientam-se três tipos de serviços de carácter transversal disponibilizados: serviços técnicos (comunicação, colaboração, demonstração, prototipagem, validação, desenvolvimento do produtos, entre outros), serviço de clientes (inovação, geração de ideias, serviços comunitários, formação, serviços orientados para necessidades particulares, apoio às empresas, entre outros) e serviços internos à rede EnoLL (governança, gestão e formação).

ANEXO VII - Benchmarking sobre Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial

No contexto da Cooperação Territorial Europeia – um dos objetivos a prosseguir pelos Fundos Estruturais no período de programação 2007-2013 -, foram criados os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT) com vista a facilitação e promoção da cooperação territorial - transfronteiriça, transnacional e inter-regional – entre os seus membros, exclusivamente no intuito de reforçar a coesão económica e social no território da União Europeia (IFDR, 2013).

Em termos legais, o quadro jurídico que regula a constituição dos AECT foi fixado pelo Regulamento (CE) n.º 1082/2006, de 5 de Julho - tendo este sofrido alterações em 2011 pela Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho 2011/0272 (COD) - e, no que respeita à sua aplicação a Portugal, pelo Decreto-Lei n.º 376/2007, de 8 de Novembro.

De entre iniciativas já desenvolvidas no âmbito dos AECT já constituídos com participação portuguesa, listam-se as seguintes:

Galiza - Norte de Portugal, AECT (<http://www.gnpaect.eu/index.php?idioma=4>)

Estudos de diagnóstico e prospeção

“Análise e diagnóstico da Euro-região GNP desde a perspetiva do marketing do GNP-AECT”; “Visão estratégica para as atuações de comunicação e posicionamento do GNP-AECT”; “Perceções da população de GNP sobre a euro-região”; “Identificação e classificação de agentes de cooperação transfronteiriça na euro-região GNP”; “Estudo sobre a interoperabilidade entre os sistemas de portagem eletrónica GALICIA – PORTUGAL”; “Mobilidade laboral na euro-região GNP”, “Impacto das portagens nas autoestradas portuguesas sobre as relações comerciais GNP”; “Caraterização dos estabelecimentos hoteleiros do NORTE DE PORTUGAL na euro-região GNP”; “as indústrias criativas em GNP: Análise quantitativa”; “Mobilidade na euro-região GNP: Problemas e Soluções”; “Plantação do bosque autóctone da euro-região GNP”.

Eventos

“Primeiro OPEN DAYS – Evento local da euro-região GALICIA-NORTE DE PORTUGAL – integrar espaços – desafios transfronteiriços de Europa 2020”; “XXV Jogos GALAICO-DURIENSES”; “II OPEN DAYS DA EURORREGIÃO GALICIA - NORTE DE PORTUGAL”.

Assistência Técnica para a realização do guia de transporte transfronteiriço GNP.

Business Angels - Iniciativas Empreendedoras na euro-região GNP.

Duero-Douro, AECT (<http://www.duero-douro.com>)

Projetos e programas de cooperação

- “Self-Prevention”- Projeto concebido como instrumento de limpeza das montanhas e terras inativas do território Duero-Douro AECT recorrendo à atividade do pastoreio de cabras como método de prevenção de incêndios florestais (identificado como meio mais apropriado para as particularidades do terreno deste território). Este projeto foi criado como um sistema de prevenção de incêndio florestal sustentável e os seus parceiros/ funcionários tornaram-se agentes de desenvolvimento do território contribuindo

ativamente para o reforço dos seus recursos e a criação de uma empresa onde todos os lucros ficam na terra que os gera.

- “Comenius Regio” - Programa de Aprendizagem Permanente (InterEduca), suportado num processo de aprendizagem dinâmico, tem como objetivo promover o intercâmbio, a cooperação e ações de mobilidade no domínio da educação entre os diferentes países europeus visando melhorar as escolhas educacionais das crianças e jovens em idade escolar.
- “REDE-ENDO-JOVEM” - Projeto europeu enquadrado no Programa Juventude em Ação (Ação 4.6; Educação Agência financiado Executivo, Audiovisual e Cultura) que tem o apoio da Associação Recreativa da Juventude Mirandesa, que apoia projetos de jovens do seu território.
- “Conociéndonos / Conhecendo-nos” - Programa que oferece a possibilidade dos alunos do território do AECT passarem “um dia num centro educativo do país próximo” - disfrutando de atividades organizadas pelo centro educativo do país próximo / centro de acolhimento – procurando assim promover a aproximação de tradições culturais de ambos os lados da fronteira.
- “Artistas del Duero / Artistas do Douro” - Programa que promove concursos teatrais (“curso de teatro transfronteiriço”) dirigidos a escolas localizadas na AECT.
- “Observatório para a promoção cultural no eixo DUERO – DOURO”.
- “Frontera Natural/ Fronteira Natural” - Este projeto baseia-se em 3 pilares da sustentabilidade: i) Reabilitar áreas degradadas, bem como o acondicionamento e manutenção dos mesmos como método de prevenção de riscos ambientais e melhoria da qualidade ambiental desses territórios; ii) Promover o emprego nas zonas rurais e o dinamismo económico da fronteira; e iii) Fortalecer o eixo social, através da valorização da identidade ambiental de um território rico em biodiversidade, evitando a perda de uma ligação entre população e território, melhorando a sua qualidade de vida e dando início à fixação da população no meio rural.
- “Concesion de Microcréditos Acuerdo de Colaboración entre la AECT Duero-Douro Y Microbank / Contrato de Concessão de Microcrédito de Colaboração entre o AECT Duero-Douro e o microbanco” - Estabelecimento do AECT Duero-Douro como entidade de crédito para a viabilização de projetos de negócios. Permite a um acesso mais facilitado a financiamento para o desenvolvimento de ideias de empresários e empreendedores através de microcrédito.
- “PROVERTE IDI”.

ZASNET, AECT (<http://www.zasnet-aect.eu>)

Projetos de cooperação

- “MICOSYLVA +” - A micossilvicultura e a valorização dos cogumelos silvestres comestíveis como factor de sustentabilidade e de multifuncionalidade florestal (SOE3/P2/E533).
- “Biosfera Transfronteiriça” – Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica-Candidatura à UNESCO, Programa MAB – Man and Biosphere.
- Plano Estratégico de Cooperação e Desenvolvimento Territorial - ZASNET 2020.